



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO, REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e dezesseis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento, em conjunto com a deputada Gleice Jane, e em parceria com a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), deu-se abertura da Audiência Pública para Debater o Plano Nacional de Educação, que institui metas para a educação brasileira até 2034.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Senhoras e senhores, boa tarde! Sejam todos bem-vindos! Estamos ao vivo pela TV Alems, canal 7,2 da TV aberta. Neste momento que antecede a abertura oficial desta audiência pública, teremos a acolhida, com a apresentação da Orquestra Fábrica do Som, sob a regência do maestro Ernesto Carvalho Queiroz. Antes da apresentação, convidamos o proponente, deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento, para as boas-vindas a todos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Boa tarde a todos e a todas! Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa, Casa da Cidadania do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero apresentar para vocês estas crianças do projeto Fábrica do Sol, do bairro Dom Antônio Barbosa. Para quem é do interior, é um bairro da periferia de Campo Grande, onde elas frequentam o Instituto Misericordes. Esse instituto foi fundado pelo padre Agenor e, no início, era para atender às crianças — no contraturno da escola — que trabalhavam no antigo lixão de Campo Grande, junto com seus pais e suas famílias. É claro que muita coisa mudou, porque as crianças não frequentam mais o lixão, mas, são crianças que frequentam esse projeto, que tem esse trabalho de musicalização. Fiquei encantado quando vi, pela primeira vez, esses meninos tocando violino. Esse projeto existe graças ao apoio da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul e gostaria que se levantassem os dois defensores que estão acompanhando as crianças, porque eles apoiam e tornam possível essa maravilha que vocês verão agora. Muito obrigado, meninas e meninos, por estarem conosco.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Passemos à apresentação da Orquestra Fábrica do Som, que executará as seguintes músicas: Chalana, de autoria de Mário Zan e Arlindo Pinto; O Pastorzinho (dó, ré, mi, fá), de autoria de Heitor Villa-Lobos; Canon in D, de autoria de Johann Pachelbel; Hino à Alegria, de autoria de Ludwig van Beethoven [apresentação cultural]. Meu nome é Severina, sou cerimonialista e estou



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

trajando um terninho de cor preta. Estou aqui, nesta tarde, para fazer apresentação desta audiência pública. Autoridades, parlamentares, profissionais da área de educação, representantes de entidades de classe, acadêmicos, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam bem-vindos! Boa tarde a todos que nos acompanham pelas plataformas digitais da Alems, pela TV Alems, canal 7,2 da TV aberta, e pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado na frequência 105,5. Informamos que temos wi-fi disponível. Para acessá-lo, localize, em seu dispositivo, a Rede Alems e navegue com total segurança. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento, em conjunto com a deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto, em parceria com a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), recebe a todos para a Audiência Pública sobre o Plano Nacional de Educação, que institui metas para a educação brasileira até 2034 e que está sendo debatido no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei nº 2.614/2024, de autoria do Poder Executivo. Esta audiência tem por objetivo promover o debate na instância estadual, uma vez que as entidades participantes e representações da sociedade civil estão enviando propostas para os parlamentares federais. Registramos a presença do professor doutor Etienne Biasotto, pró-reitor de Ensino de Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), representando o Magnífico Reitor da UFGD, professor doutor Jones Dari Goeter. Convidamos, para compor o dispositivo desta audiência pública: os proponentes, o senhor deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento, juntamente com a deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; o professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems; o senhor Onivan de Lima Corrêa, coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul; a professora doutora Andréia Nunes Militão, docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), nos cursos de licenciatura em Pedagogia e Letras, e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). Com o dispositivo composto, passamos ao registro das autoridades que compõem o plenário especial: senhor Tiago Botelho, superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul; defensores públicos Ângela Rosseti Chamozzo Belli e Eugênio Luiz Dameão, diretores do Projeto Musical Fábrica do Som; veradora Luiza Ribeiro, do município de Campo Grande; professora Deumeires Moraes, vice-presidente da Fetems; professor Apolinário Candado, vice-presidente da Fetems, Regional Dourados; professora Olinda Conceição da Silva, secretária dos aposentados da Fetems; senhora Idalina Silva, secretária dos Administrativos da Fetems; professora doutora Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, conselheira do Conselho Estadual de Educação, representando a presidente, conselheira Celi Corrêa Neris; vereadora Ramona Aquino, do município de Bonito; psicóloga



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

Victória Carminatti, membro da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia da Décima Quarta Região; vereador Carlito Eleutério dos Santos, do município de Glória de Dourados; senhor Jeremias Sobrinho, presidente da Associação dos Deficientes Visuais de Mato Grosso do Sul; senhor Wendel Augusto Santos Gama, assessor técnico do Conselho Regional do Serviço Social da Vigésima Primeira Região; senhora Sueli Veiga Melo, secretária de Políticas Educacionais da Fetems; senhora Iara Gutierrez, secretária da Saúde dos Trabalhadores da Fetems. Registramos a presença das seguintes pessoas: Diego Mariano, assessor parlamentar do vereador Jean Ferreira, do município de Campo Grande; Jairo Barbosa de Souza, coordenador técnico de Programas e Projetos da Educação do município de Bodoquena, representando a secretária de Educação, professora Cláudia Solange Alzeman da Silva; professora Maria do Carmo Souza Dumond, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Bonito; professora Rosana Carvalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sidrolândia; Luciane Costadele, conselheira regional da Região do Anhanduizinho. Senhoras e senhores, já com o dispositivo montado, com os registros prontos, convidamos a todos para a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul [execução do hino]. Senhoras e senhores, para abertura oficial e para presidir os trabalhos da mesa desta audiência, anunciamos o proponente, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Mais uma vez, cumprimento a todos e a todas. Sejam bem-vindos e bem-vindas à Assembleia Legislativa. Hoje é um dia muito importante para a educação no Brasil, porque é o dia de mobilização nacional em defesa da educação pública, da escola democrática, laica, inclusiva e queremos, na Assembleia Legislativa, realizar uma audiência pública para fazer a discussão do projeto de lei, que está no Congresso Nacional, que visa aprovar o novo Plano Nacional de Educação, estabelecendo os novos objetivos e as novas metas que deverão ser atingidas e alcançadas nos próximos dez anos. Esta audiência pública é de minha proposição, juntamente com a deputada estadual Gleice Jane, e em parceria com a Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems). Quero, além de cumprimentar a deputada Gleice Jane, cumprimentar o professor Onivan, coordenador do Fórum Estadual de Educação, cumprimentar o presidente da Fetems, professor Jaime Teixeira, também a vice-presidente da Fetems, professora Deumeires, e, em seus nomes, cumprimento toda a diretoria da federação e quero cumprimentar a professora Andréia Militão, que vai nos brindar com uma palestra sobre o tema desta audiência pública. Estamos vivendo momentos em que há algumas ameaças à escola pública como, por exemplo, projetos que visam terceirizar ou privatizar a gestão das escolas. Alguns estados já avançaram nesse sentido e precisamos discutir o que isso significa para a educação pública e para a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Nós, que já avançamos em vários aspectos da educação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

como, por exemplo, a garantia de vagas para todas as crianças em idade escolar, temos avançado na melhoria da qualidade da educação e também na valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Precisamos ficar atentos para que não haja retrocessos. Sabemos que, vez ou outra, nossos direitos são ameaçados, como na Reforma da Previdência, que taxou em 14% os aposentados; foi um grande retrocesso que aconteceu, mas, não aconteceu sem a luta da categoria. Tivemos, professor Jaime, uma luta histórica neste Plenário da Assembleia contra esses retrocessos na educação, por isso, digo que a educação só avança com a organização e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Só tivemos avanços nos últimos anos porque houve muita luta e a educação não acontece só dentro da sala de aula; acontece nas ruas, nas praças, nas mobilizações, nos parlamentos, como vocês estão fazendo hoje na Assembleia Legislativa. Quero desejar um bom debate para todos e para todas. Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimento todos e declaro aberta esta audiência pública. Quero agradecer a presença de todas as entidades da educação: dos Sinteds do interior, da capital e das representações da sociedade civil. Nossa audiência será da seguinte forma: neste primeiro momento, vamos abrir para saudação das pessoas que estão compondo o dispositivo; em seguida, teremos a palestra da professora Andréia Nunes Militão; após, vamos abrir para manifestação de todos aqueles que quiserem participar, colaborar com os debates. Iniciamos com a saudação da deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Boa tarde! É um prazer enorme receber professores, professoras, servidores, administrativos na Casa, para fazermos um debate tão importante, que é o debate da educação. Hoje pela manhã, enquanto participava do movimento com vocês, fazendo a luta, lembrando a história de construção das lutas, comecei a pensar um pouco sobre o que já conquistamos por meio da luta na defesa da educação. Hoje, temos um piso nacional, temos hora-atividade para o nosso trabalho, temos escola para todo mundo, temos conquistas que foram importantes, mas, tudo que temos é resultado da nossa luta. É sempre bom lembrarmos: quem faz o processo e quem constrói a educação somos nós. É importante lembrarmos isso, porque temos grandes desafios pela frente. O Plano Nacional de Educação... Se em 2014, já debatíamos a preocupação do uso do recurso público para iniciativa privada — e essa já era uma pauta em 2014 —, neste ano, temos a terceirização que vem com toda força e que, no Estado de Mato Grosso do Sul, de forma muito silenciosa, está ocupando todas as escolas estaduais. E não só nas escolas estaduais, mas, o efeito da política do Estado também interfere nos municípios e temos vários municípios [com essa situação]. Vou citar Dourados, o meu município que acompanho, onde a educação infantil, em grande parte, hoje, é terceirizada pelo modelo do voucher, e percebo que esse é um debate que vem ganhando força em outros municípios



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

também. A terceirização, hoje, não é mais algo para a gente temer no futuro, porque ela está presente nas nossas escolas. Ela está batendo a nossa porta, adentrando em nosso espaço. Então, como vamos garantir que essa política da terceirização... Gostaria também de aprofundar esse debate da terceirização, porque, entendo que não é simplesmente a terceirização, mas, é uma transferência de responsabilidade do Estado para as empresas, transferência de responsabilidade para os municípios, transferência de responsabilidade para — como dizemos em Dourados — as unidades conveniadas. Porque, quando se terceiriza, o Estado deixa de ter responsabilidade sobre a qualidade dessa educação. É isso que percebemos, fortemente, na educação neste momento e, junto com isso, temos a desvalorização profissional. Vimos o que aconteceu com os professores convocados — e que ainda não retomamos — e percebemos que no processo de terceirização a desvalorização é muito maior do que quando o profissional é contratado diretamente pelo Estado. Esses são os efeitos da destruição das lutas e das conquistas que tivemos ao longo das últimas décadas, mas, quero dizer que temos o que conquistamos e perdemos na medida em que deixamos de ocupar parte das ruas. Nós precisamos retomar esses espaços e vamos, mais uma vez, conquistar e ganhar, porque, não temos chance de errar e de perder quando fazemos a luta. Quero deixar essa mensagem. Parabéns pelo dia de hoje, que é um dia de paralisação, e, hoje, nem vim à Assembleia [à Sessão Ordinária], deputado Pedro Kemp, porque eu falei: hoje eu sou professora, é dia de paralisação, vou parar também. Fui para rua, porque entendo que é dia de luta da educação e o movimento, hoje, é um movimento muito bonito, importante e significativo. Então, parabéns e sigamos juntos e juntas nesta luta tão importante para construir um futuro brilhante para educação e para a sociedade sul-mato-grossense. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — E só não levou falta porque justifiquei a sua ausência. Para sua saudação, vamos ouvir o professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems.

SENHOR JAIME TEIXEIRA (presidente da Fetems) — Quero cumprimentar toda essa mesa, em nome do nosso proponente, deputado Pedro Kemp, que já tem, no seu histórico, o fato de ter sido secretário de Estado de Educação. Muito orgulho da sua gestão. Cumprimento a nossa sindicalista, hoje deputada, Gleice Jane, e quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras, em nome da Deumeires, a nossa vice-presidente. Quero dizer, Pedro, que, para nós, esta audiência é muito importante, porque, estamos iniciando, hoje, a nossa Vigésima Sexta Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública. É uma luta antiga da Fetems, da Assembleia, da Central Única dos Trabalhadores, em que pautamos, sempre na última semana de abril de cada ano, o tema da educação pública, não apenas olhando para o nosso umbigo enquanto trabalhadores, enquanto professores e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

servidores públicos, mas, olhando para nossa constituição de 1988, que diz bem claro em seu texto que a educação pública é um direito do cidadão e um dever do Estado. Alteraram em 2000, colocaram que é um direito do cidadão, dever do Estado e da família, mas, continua sendo um direito do cidadão. Então, nesta vigésima sexta semana, trazemos à tona esse debate, que cabe a cada cidadão brasileiro, a cada cidadã brasileira, defender essas conquistas da reconstrução da democracia no Brasil, a partir da constituição de 1988. São direitos fundamentais que nós, enquanto cidadãos, não podemos [deixar] cair no esquecimento. Mudamos muito a nossa sociedade, que mudou de todas as formas, política e economicamente, chegou a tal da digitalização, mas, a educação que temos para o cidadão brasileiro é a educação pública. E ela tem que continuar pública, gratuita, de qualidade, valorizando a escola e valorizando todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação que fazem essa escola. Quando se fala em educação, não estamos falando só da educação básica, estamos falando da universidade pública também, estamos falando da educação infantil, estamos falando da educação indígena, estamos falando da educação do campo, estamos falando do direito do cidadão de ter acesso a serviços públicos de qualidade. É nesse sentido que quero agradecer a esta Casa, na sua pessoa, Pedro, por fazermos esse debate. É mais um debate! Como falou a Gleice, hoje, nós nos deparamos com uma fome danada do mercado em transformar a educação em comércio, em negócio; não basta mais apenas os grandes conglomerados internacionais quererem vender plataforma digital para as escolas; agora, eles querem dinheiro público, querem o orçamento público, a tal de Parceria Público-Privada (PPP) que eles estão fazendo em nível de Brasil, em vários estados e colocando na Bolsa de Valores, dando uma concessão de vinte anos para uma determinada empresa administrar uma escola pública. Essa não é a escola pública que está na Constituição! O que está na Constituição é aquela que o cidadão paga os seus impostos e tem o percentual de 25% garantido na Constituição para que essa educação seja pública e o dinheiro público seja investido na educação pública. Para isso, nós temos que cobrar, enquanto cidadãos, enquanto trabalhadores e enquanto Parlamento. O Parlamento é o espaço fundamental em uma democracia; é onde mudamos as coisas; é onde perdemos ou ganhamos a disputa de rua do movimento sindical; é aqui que precisamos fazer. Estamos, hoje, com muitos terceirizados em Mato Grosso do Sul, 50% de convocados nas escolas é muito, mas, temos estados no Brasil com 75%, 80% de convocados. Essa não é a escola pública que está na Constituição e nós, cidadãos, não queremos isso para os nossos filhos, para nossas futuras gerações. O que queremos é uma escola gratuita, de qualidade, pública e que chegue [a todos os lugares], porque nenhuma escola privada vai construir uma escola na aldeia, na zona rural, no distrito "sei lá das quantas". Quem chega a esses lugares é a educação pública e essa educação tem que continuar pública, não pode ser terceirizada. Nós vimos, há mais de vinte anos, a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

privatização da BR-163. Melhorou a estrada? Não! Será que daqui a vinte anos vamos ficar chorando porque a nossa escola foi privatizada e vamos reclamar da qualidade da escola? Não podemos deixar acontecer isso. E é do professor Jaime, que é presidente da Fetems, é da direção do sindicato, é dos parlamentares, é de todo cidadão a responsabilidade de discutir isso. Na semana do dia 28, teremos outros momentos e iremos para as Câmaras Municipais, para dentro das escolas, vamos para dentro do debate, dentro dos espaços dos nossos companheiros... Movimento estudantil! Fez falta, hoje, o movimento estudantil, que acabamos não trazendo. É importante entendermos e não dá para aceitar a escola pública sem concurso público. Não dá para aceitar escola pública sem financiamento público. Não dá para aceitar a escola pública que apenas aumenta o tempo para assistir a aulas, mas, não a qualidade da escola. Queremos uma educação integral, mas, não só uma escola em tempo integral. Parabéns a todos os trabalhadores que foram para a rua hoje. Parabéns à Casa, que nos recebe e espero que façamos um grande debate, porque, a nossa convidada, a doutora, é muito boa em legislação e esse texto que está no Congresso vai ter muitas emendas. É uma disputa política também no Congresso Nacional, mas, ninguém pode deixar de considerar que — como foi dito, o último Plano Nacional de Educação expirou no ano passado, foi prorrogado por um ano — uma das metas mais importantes do Plano Nacional de Educação foi a meta de atender a educação infantil, que não era atendida neste país e teve uma evolução muito grande. O próximo plano tem que avançar muito mais que este atual, que foi prorrogado. E vou dizer que nós, sindicalistas, ainda estamos aqui.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Passo a palavra para o professor Onivan, coordenador do Fórum Estadual de Educação.

SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde a todos e todas. Só aqui, Jaime, está o pessoal de Rio Verde, que já pediu para anotar que tem presidente de Grêmio Estudantil de Rio Verde, mas, vi vários jovens que estão presentes, representantes, principalmente, das escolas estaduais. Levantem... Ali há os jovens, lá atrás! Muito bem! Salva de palmas para a nossa juventude que já participa desta grande audiência, deste grande momento. Parabéns e obrigado pela presença. Sou coordenador do fórum atualmente, mas, também temos a professora Mariuza, que é nossa coordenadora adjunta, e temos outros componentes que estão aqui, como a professora Mazé, a Maria Cleide e outras pessoas que estão presentes neste momento, como a professora Sueli Veiga Melo e diversas outras pessoas como Idalina e outros que estão também neste espaço. A professora Andréia Militão, representando a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), também participa da discussão do nosso fórum. O Fórum Estadual de Educação realizou, neste estado, de 2023 até janeiro de 2024, quando tivemos a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

Conferência Nacional de Educação, diversos debates sobre o plano, justamente sobre Projeto nº 2.614/2024, que foi enviado ao Congresso. Esse projeto está lá, em discussão, e nós, da sociedade, precisamos cobrar o movimento sindical, a promotoria, a defensoria e todas as entidades precisam participar. Está ocorrendo, no âmbito de Brasil, algumas audiências públicas e já temos os relatores e, neste momento, não só dentro do Congresso, mas também do Senado, já temos, inclusive, a Teresa Leitão, que está como nossa senadora, que fará o debate dentro do Senado. A Tábata é uma das que vai fazer parte do grupo lá. Há uma do Ceará, que agora não me recordo o nome, que vai ser responsável por fazer a relatoria. Precisamos fazer essa cobrança para os nossos deputados federais e senadores fazerem a defesa e a votação. Em Mato Grosso do Sul, já estamos fazendo o debate do Plano Estadual de Educação e temos treze grupos de trabalhos. Já estamos com a participação das universidades, dos institutos federais, das entidades educacionais, da Fetems, da Aduems, da Adufms, da universidade federal, do instituto federal, de todas as entidades que compõem o fórum. Estamos abertos, já convidamos o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, a Promotoria Pública para participarem desses momentos tão importantes, por meio do debate, da construção coletiva, para que o Plano Estadual de Educação, assim como o Plano Nacional de Educação, não seja um projeto de gaveta, mas, que seja um projeto de Estado, para garantirmos o direito à educação e, também — como o professor Jaime pontuou e que defendemos no fórum — garantir o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação. Que tenhamos — desde a educação infantil, do atendente, do motorista, até a universidade — a valorização dos trabalhadores e a garantia da educação pública para todos e todas. Nós, do Fórum Estadual da Educação, estamos aqui como parceiros e somos parceiros dessa luta, de continuarmos a fazer essa defesa. Faremos audiências públicas, debates, seminários e todos estão convidados a participar deste processo em 2025 e, após a elaboração do documento, poderemos debater o Plano Estadual de Educação. No momento, esta audiência é para discutir o Plano Nacional de Educação, mas vamos fazer, durante o ano de 2025, um grande debate do Plano Estadual e dos Planos Municipais de Educação. Um abraço. Sigamos no "esperançar" de Paulo Freire.

DEPUTADO PEDRO KEMP PT (proponente) — De acordo com a nossa programação, passamos a palavra para a professora Andréia Nunes Militão, professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) e membro da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). O tema da palestra é o Plano Nacional de Educação, que está contido no PL nº 2614/2024. Nossa saudação à professora convidada, Andréia. Uma calorosa salva de palmas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

SENHORA ANDRÉIA NUNES MILITÃO (professora da UEMS) — Boa tarde a todas as pessoas presentes. Começo saudando o deputado Pedro Kemp e a deputada Gleice Jane. Quero dizer que parto do pressuposto que é impossível dissociar o científico do político. Por isso que eu saúdo esses parlamentares com a preocupação genuína de debater educação, em particular num dia tão importante nacionalmente, em que temos um dia emblemático pela Vigésima sexta Semana Nacional em Defesa da Escola e da Promoção da Educação Pública. Com essa saudação, quero também estender o meu cumprimento ao professor Jaime Teixeira, professor que muito me ensina nesses dez anos de Mato Grosso do Sul, e o professor Onivan, pelo Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Saudando vocês, eu saúdo todos os colegas e não posso deixar de mencionar os colegas da universidade, o professor Etienne Biasotto, pró-reitor de graduação da UFGD, e o professor Tiago Botelho. Também quero mencionar a professora Deumeires Morais, uma companheira de luta em defesa da educação básica. Já que estamos em uma audiência pública que discute uma temática tão cara para educação nacional, que é o Plano Nacional de Educação, que está em processo de tramitação, acho que precisamos partir também de um outro pressuposto importante e quero citar um educador bastante caro para nós, do campo da política educacional, que é o professor José Dias Sobrinho, que diz, em um texto de 2013, publicado na revista Avaliação, o seguinte: “Educação é um bem público e direito social, pois tem como finalidade essencial a formação de sujeito e, por consequência, o aprofundamento da cidadania e da democratização da sociedade brasileira”. Por que começo com essa menção? Porque nós, enquanto país, estamos em um processo de construção de uma sociedade democrática e esse é um elemento muito caro para nós, brasileiros, em defesa da democracia sempre. Também acho que é importante colocarmos que essa cultura do planejamento é bastante nova no Brasil. Tentamos, a partir do início do século XX, criar planos nacionais de educação. Tivemos algumas tentativas, sem sucesso, porque o cenário político, econômico e cultural foi se alterando para períodos bastante autoritários. Tivemos uma primeira tentativa na década de 1930, uma segunda tentativa no final da década de 1960, antes de um golpe de Estado, e vamos conseguir materializar um primeiro Plano Nacional de Educação em 2001. Esse primeiro plano nacional foi muito importante para nós, enquanto país; ele teve bastante dificuldade de se materializar, justamente porque não tínhamos a previsão orçamentária. Foi justamente o acontecimento que nos impediu de tirar do papel o Plano Nacional de Educação, do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi aprovado pela Lei nº 10.172/2001. Mais recentemente, ainda está em vigência, tivemos a aprovação da Lei nº 1.305/2014, e já estamos em um alongamento desse Plano Nacional de Educação. E todos aqui sabem — estou me referenciando no material elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação — que 90% das metas do atual plano, que está em vigência até



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

dezembro de 2025, não foram cumpridas. Isso é lamentável e precisamos mencionar as razões para ele não ter saído do papel. Sabemos que ele foi aprovado em 2014, depois de dois anos e meio de tramitação com adensamento da sociedade, principalmente um alongamento que aconteceu no âmbito da Câmara Federal. Isso se deveu a uma disputa central em torno do financiamento. Enquanto a bancada que defende a educação pública — e que hoje, infelizmente, é minoritária no Congresso Nacional — defendia a elevação de financiamento para 10%, uma bancada que representa o setor privado — e que cresceu sobremaneira nas últimas eleições — defendia a sua diminuição, ou que parasse em 7%. Este é o momento para falarmos desses problemas, porque vamos precisar incidir fortemente sobre a bancada federal, e vamos contar muito com o apoio das Assembleias Legislativas de cada estado. Também é importante dizer que, em 2016, passamos por um golpe de Estado. A literatura no campo da Sociologia, da Ciência Política, da História e da Educação já registra como um golpe de Estado em 2016 e, decorrente disso, tivemos alguns problemas em termos de retrocesso legais. Um deles foi a aprovação da Emenda Constitucional n° 95, que reduziu, e congelou, os recursos públicos por, pelo menos, vinte anos. Claro que, em 2023 — nós sabemos —, essa medida foi revogada, mas, ainda temos um novo teto dos gastos. Portanto, precisamos fazer essa discussão. Dito isso, o que é importante considerarmos neste momento em que estamos no preâmbulo... Só quero me organizar, porque eu coloco óculos, mas, não enxergo muito vocês. Estou me adaptando, essa lente ainda é nova, estou me adaptando aqui com a visão... Quero trazer para vocês o que acho que é importante. Estamos em um momento bastante importante que podemos chamar de preâmbulo da conflitividade, porque, qualquer política — em particular as políticas educacionais — é objeto de disputas. Estamos neste preâmbulo, começando a discutir nesta Casa um plano, por meio desta audiência pública, e sabemos que o plano nacional, após a sua aprovação, que esperamos que seja até dezembro de 2025, vai se constituir como referência para elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais. Acho que é importante também trazer, como elemento que nos ajude a argumentar, que toda vez que se discute legislação, sabemos que qualquer legislação se coloca como campo de declaração de direitos. É por isso que vamos travar esse debate e vamos travar uma luta cotidiana dentro da universidade, dentro das escolas públicas, dentro dos sindicatos e em qualquer espaço da sociedade para que tenhamos garantia de elementos nesse plano que, ao final do decênio, colaborem para que, de fato, tenhamos uma educação pública gratuita, de qualidade, para todos e todas. É nesse sentido que eu quero trazer alguns elementos. É importante mencionar que — quando estávamos discutindo o Plano Nacional de Educação de 2014 a 2025 — estávamos, naquele momento, travando um debate conceitual, disputando qual o modelo de sociedade e qual o modelo educacional queríamos. E isso não muda! A deputada Gleice Jane acabou de trazer



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

elementos que ainda continuam em disputa: queremos uma educação pautada na inclusão, na diversidade para todos e todas ou queremos um projeto de padronização, privatização ou terceirização? Que projeto vamos defender nesse debate que vai ser cotidiano, a partir de agora, em Mato Grosso do Sul? Também temos uma disputa com relação à confiança que se tem em torno dos profissionais em educação, porque, tivemos, ao longo desses últimos seis, sete anos, vamos colocar assim, uma batalha diuturna para difamar e desconsiderar o papel de cada trabalhador e trabalhadora em relação ao seu ofício, que é de ensinar. Neste momento, continuamos com algumas disputas, como a disputa com relação à direção do financiamento, esse é um tema central para educação e vamos continuar fazendo essa disputa, porque temos uma bancada bastante numerosa que prima pela diminuição e redução de recursos públicos para educação. Temos, agora, um cenário relativamente favorável em termos de mudança de contexto de debate. Estamos no momento de repactuação da participação social — e isso foi uma das primeiras medidas do governo Lula —, que traz a participação popular e da sociedade civil, por meio da realização de diversas conferências nacionais e quero mencionar a Conferência Nacional de Educação (Conae), a maioria dos presentes participaram de algumas dessas etapas. É um momento também de repactuação do sentido de educação no cenário democrático: a quem serve e para que serve a educação dentro de uma sociedade democrática? Também estamos em um momento de muita conflituosidade, como eu disse a princípio, porque temos disputas institucionais no Parlamento e no Judiciário. Temos também conflitos sociais como violência, desinformação e ainda estamos numa seara marcada pelo conservadorismo e por pautas de costumes. E isso tem a ver com a discussão que estamos fazendo aqui hoje, porque, estamos tendo muita interpenetração desse conservadorismo com relação às pautas educacionais, em que se proíbe falar de diversidade, de inclusão e nós vimos, no governo anterior, é bom que se mencione, proposições como o Decreto nº 10.502, que foi revogado pelo governo Lula, que colocava em um outro patamar, em outro modelo de tratamento a educação especial, com claros e fortes retrocessos, porque era para tirar esse sujeito dos espaços educativos comuns e colocá-los tão somente em instituições especializadas. Temos essas questões e, além disso, o que quero dizer — e já estou no preâmbulo, viu? Sei que só tenho vinte minutos — é que temos um ativo político muito potente. Esse termo ativo político tem sido usado pelo professor Luiz Dourado, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Administração Educacional (Anpae), e pela professora Lueli Duarte, do Fórum Estadual de Goiás. O nosso ativo potente é o documento final da Conae. Um documento que foi debatido por mais de um ano e que teve a contribuição e colaboração de cada sujeito em diversas representações, ou seja, estudantes, representantes de pais, mães e responsáveis, representantes do Poder Legislativo e do Poder Executivo, mas, sobretudo, dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. É esse documento que vamos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

entender como um ativo potente e que devemos consultar diuturnamente para influenciar a tramitação do Plano Nacional de Educação. Ele está sendo tramitado por meio do Projeto de lei nº 2.614 e já estamos prestes a completar um ano que esse projeto de lei foi enviado para a Câmara Federal. É um documento que carrega elementos importantes e quero trazer alguns desses elementos para fazermos a discussão na sequência. Entre os elementos que eu considero importantes na tramitação desse plano, um primeiro é que precisamos considerar que o Ministério da Educação, ao enviar esse projeto de lei, considerou, em partes, as contribuições de um grupo de trabalho do próprio ministério, mas também da sociedade, do Congresso Nacional, dos Conselhos Estaduais de Educação e também da Conae. Claro que é um documento que está em disputa nacionalmente e por isso que vamos precisar fazer uma leitura bastante apurada para que possamos avançar. Enquanto projeto de lei, ficou engavetado porque o cenário de 2024 foi marcado por eleições municipais e se priorizou o processo eleitoral em detrimento do planejamento educacional. E aqui já é um problema para discutirmos, porque a pauta educacional ficou congelada e nós tínhamos condições de termos aprovado o plano nacional no ano de 2024; não era necessária essa prorrogação, mas, foram por causa de interesses políticos. Qual é o nosso desafio? Incorporar as contribuições da sociedade civil que estão inscritas na Conae, no documento final da Conae. Todos devem ter acesso a esse documento, que está disponível no site do Fórum Nacional de Educação. É importante entendermos que, para aprová-lo até o final do ano, nós, enquanto sociedade civil, vamos precisar incidir e dialogar com os deputados nos âmbitos estadual e federal. Quero trazer alguns apontamentos. O Onivan trazia, há pouco, a demarcação sobre esse projeto que vai ser tramitado em uma comissão especial. Isso não é uma opção do atual presidente da Câmara, o deputado Hugo Motta, porque, quando se passa de três comissões e o projeto está sendo debatido, é necessário instalar uma comissão especial e ela é atualmente presidida pela deputada Tábata Amaral. Todos têm conhecimento, isso é público, de que a Tábata tem uma ligação forte com uma instituição privada, que é o Instituto Lemann. Isso, por si só, já nos causa preocupação, porque, se estou numa universidade pública, o meu lugar de fala e de defesa, é de uma educação pública, mas, se estou vinculada a institutos privados, ao setor privado, o meu lugar de fala certamente vai ser esse. Precisamos acompanhar com cuidado. Além disso, o relator, que é o deputado Moses Rodrigues, do União Brasil, preside uma associação, a Associação de Mantenedores Independentes da Educação Superior. Também o seu lugar de fala e de representação nos preocupa. E não só isso, o professor Heleno Araujo, presidente da CNTE e, atualmente, membro do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica, alertou-nos, em evento na semana passada, que entre os cem deputados mais influentes — isso é uma pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) — a maior parte desses deputados influentes na formulação

de políticas e na incidência delas estão vinculados a vieses conservadores, à bancada da direita e centro-direita. Obviamente que não são suas pautas defender a educação pública. Quero trazer algumas informações com relação ao Plano Nacional de Educação. Sou historiadora e precisamos trazer alguns elementos de partida. O que consideramos importante? Esse Plano Nacional de Educação traz dezoito objetivos e, todos eles, em uma organização diferente do que tivemos em relação ao plano nacional anterior. O plano atual se organiza em dezoito objetivos, cinquenta e oito metas e duzentas e cinquenta e duas estratégias. Os objetivos são todos direcionados para temas caros como educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação integral e digital — que aparecem com bastante relevância nesse plano —, a diversidade, a inclusão, a educação profissional e tecnológica, educação superior e a estrutura da educação básica. Essa organização traz alguns elementos para pensarmos. O primeiro que quero apontar é em relação à formação inicial dos profissionais em educação. Acho que há um certo avanço, porque estamos falando de profissionais em educação e não estamos excluindo todos os trabalhadores que atuam nas instituições educativas. No entanto, precisamos considerar que, embora o documento da Conae prime pela construção... E as colegas como a Idalina, preciso mencioná-la, que tem uma luta dentro da Fetems, em favor da construção de um piso salarial nacional para os trabalhadores, para os funcionários da educação. Porque já alcançamos esse patamar, quando se fala do magistério, temos alguns avanços com relação à lei do piso, que permanece como uma defesa, mas, precisamos avançar. É o que está posto do documento da Conae, que coloca esse elemento, que precisamos pensar nos demais trabalhadores em educação e, no plano, isso fica subsumido. Então, precisamos avançar com relação aos trabalhadores em educação, mas há um avanço que já mencionei há pouco, antes de iniciar fala, que é com relação à formação específica inicial. Estamos em Mato Grosso do Sul, onde temos uma população indígena significativa, portanto, precisamos pensar na formação inicial e continuada de professores e professoras para atender a essas particularidades. Educação indígena, educação quilombola, educação especial... Já temos alguns avanços. A UEMS e a UFGD já estão ofertando algumas licenciaturas específicas, mas, isso aparece com mais força neste plano. Era uma estratégia do plano anterior e quando o presidente Lula assumiu o mandato em 2023, criou-se o Parfor Equidade [programa que visa formar professores em licenciatura específica]. Por isso que a UFGD agora está ofertando licenciatura quilombola, em educação especial, indígena, assim como a UEMS está ofertando, em primeira e segunda licenciatura, a formação de professores indígenas. Também temos um olhar para a formação específica de profissionais para educação profissional, tecnológica, para educação de jovens e adultos, para educação do campo, para educação ambiental, para educação especial e para a nova modalidade, que é a educação bilíngue de surdos. Obviamente que não podemos deixar de falar de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

algumas ausências, até porque mencionei que temos a assunção de um viés conservador, que tenta influenciar cotidianamente as políticas educacionais. Qual é a ausência? Embora ampliamos a discussão da diversidade, temos a ausência, neste PL nº 2.314, da discussão de gênero e sexualidade, quando sabemos que esse é um tema muito caro para o Brasil, porque é um dos países que mais mata pessoas trans. Com certeza, é algo que precisamos colocar na pauta educacional. Retrocesso que foi mencionado pelo professor Jaime Teixeira e pelo deputado Pedro Kemp, que é importante falarmos. Enquanto o documento da Conae prima pela realização de concursos e que o vínculo dos trabalhadores em educação seja, majoritariamente e alcançando um patamar de 90%, via concurso público, o PL 2.614 coloca 70%! Esse não é um dado menor, é um dos dados em que mais vamos precisar incidir. Eu formo professores e professoras na UEMS e na UFGD para que eles entrem na educação pública, mas, com vínculo, com condições de trabalho adequadas. O vínculo de concurso é um dos principais elementos e é um elemento que está garantido constitucionalmente e nós não podemos retroceder, porque 70% é pouquíssimo! Não é só isso. Para os trabalhadores em educação, em geral, para os funcionários específicos, Idalina, temos uma situação muito mais agravante, porque temos a substituição — seja na educação superior, seja na educação básica — do vínculo pela terceirização, mencionada pela deputada Gleice Jane. Então, temos um vínculo temporário do magistério, mas, para os funcionários, há um vínculo que se substitui pela terceirização. Esse é um problema que eu gostaria de indicar. O que vamos entender? Se a nossa pauta é a valorização dos profissionais em educação, temos uma lei nacional, que é a Lei nº 14.817, de janeiro de 2024. Essa lei precisa ser implementada em todos os estados, no Distrito Federal e nos municípios. É uma lei que vai trazer três elementos da valorização: construção e garantia de planos de cargos, carreiras e salários, esse é um elemento da valorização dos profissionais em educação; a formação continuada e condições de trabalho. O que significa condições de trabalho? Poderia ficar uns cinco, dez minutos falando de condições de trabalho, mas, quero dizer alguns aspectos. Precisamos discutir a infraestrutura das instituições educativas da escola pública, porque não dá para trabalhar sem condições adequadas; precisamos de garantias adequadas, escolas com refrigeração, com iluminação, escolas com laboratórios para todas as áreas disciplinares, com quadras esportivas, mas, condições de trabalho envolvem também vínculo de um professor em uma escola única, que ele tenha uma jornada compatível com seu trabalho, que ele possa ter menos turmas e menos alunos para que ele possa garantir uma educação de qualidade. São muitos elementos, falar de valorização dos profissionais em educação implica acionar o papel da universidade, que é garantir a formação inicial e continuada; é discutir junto com o sindicatos e também com os Poderes Legislativo e Executivo a garantia de planos de carreira e remuneração, porque nem todos os municípios do nosso estado possuem um



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

plano desses e quando têm, há um problema já identificado por nós na Conae, que é o seguinte: muitos dos professores e trabalhadores que estão nas escolas municipais, estaduais, já têm mestrado e doutorado e quando eles passam em concursos, muitas vezes, a maior parte dos planos de carreira não pagam o salário compatível com a formação; esse profissional precisa aguardar pelo menos o estágio probatório para isso. Então, esse aspecto também aparece no Plano Nacional de Educação. O que precisamos pensar, ainda como ausência nesse plano, é a estratégia de fomento na pós-graduação. Precisamos prever recursos, porque sem a previsão de recursos para a formação inicial em nível de pós-graduação, não vamos conseguir avançar. O projeto de lei coloca um objetivo para a gestão democrática, elemento muito caro para o Estado de Mato Grosso do Sul que, infelizmente, em três municípios houve retrocessos, como a revogação de leis específicas. Um elemento muito caro é a permanência da gestão democrática como princípio, mas ela se limita à direção das escolas, aos fóruns estaduais e aos conselhos escolares. Não queremos gestão democrática só para as instituições escolares, queremos gestão democrática também para os sistemas educacionais. Não queremos o que está posto no plano nacional, que é um modelo híbrido, que combina eleição com critérios técnicos de consulta, com antecedência de provas anteriores à consulta da comunidade. Um aspecto importante com relação à gestão democrática é [o fato de] não indicar prazos para que ela seja materializada. Há uma previsão, enquanto princípio da educação, na Constituição de 1988, na LDB de 1996, no Plano Nacional de Educação em vigência, mas, precisamos de prazo, senão, fica na perspectiva e na vontade política dos administradores municipais e estaduais. Outra coisa importante, em relação aos trabalhadores e trabalhadoras que aqui estão presentes, é que queremos professores e funcionários bem formados e qualificados, para garantirmos uma educação de qualidade; para isso, precisamos prever, neste plano, licenças remuneradas para qualificação profissional. Fui, por doze anos, professora da educação básica e quando eu decidi fazer o doutoramento, tive que me afastar sem salário para isso e, na sequência, tive que pedir minha exoneração da rede municipal, porque eu não tinha licença remunerada para cursar e acabei me afastando da educação básica. Não fosse essa não garantia de uma licença remunerada, estaria até hoje na educação básica, porque acredito que lá é um espaço privilegiado para garantia do direito à educação, quando temos professores bem formados, bem remunerados e trabalhando com qualidade, com condições adequadas. Penso que meu tempo está se esgotando e queria, para encerrar, recorrer a uma frase bem conhecida do Manoel de Barros: "Repetir, repetir é um dom de estilo". E vamos repetir, repetir, repetir que nós queremos uma educação pública de qualidade, gratuita para todos e todas, mas, para isso, necessita-se de profissionais bem qualificados, bem remunerados e valorizados. Terminando agradecendo a oportunidade e me colocando à disposição para o debate, para que possamos travar esse debate não só aqui,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

mas em cada escola. Sexta-feira à noite, estarei em uma em Dourados, fazendo esse debate, mas eu acho que precisamos "alargar". Cada um deve se colocar como agente de mudança, porque também... Só para fechar, uma premissa importante, e aqui vou mencionar, de uma forma já parafraseada, o professor João Barroso, um educador português, segundo o qual o conhecimento circula onde circulam as pessoas. Se nós não circularmos, se eu ficar no meu gabinete, ou escrevendo meus artigos, isso não vai influenciar mudanças. Cada um aqui é agente de mudança, precisamos circular e conversar sobre a importância de se aprovar um Plano Nacional de Educação, porque ele vai parametrizar os planos estaduais e municipais e se não incidirmos num plano que verse pela defesa da educação pública e gratuita, não vamos avançar. Uma última coisa — é muita coisa para falar, uma última, já terminei duas vezes — é que estamos encerrando uma agenda mundial, que é a Agenda 2030. Estamos encerrando essa agenda e quando tivemos a Conferência de Incheon, em 2015, essa agenda já colocou em disputa se iríamos, mundialmente, defender a educação pública e gratuita para todos. E nós, mundialmente, quase perdemos essa prerrogativa em um documento internacional, que é a Declaração de Incheon. Então, isso está em disputa não somente no Brasil, mas, em todo o mundo e precisamos estar atentos e fortes para defender a educação pública, gratuita e com o controle do Estado. Termina aqui.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Parabéns, professora Andréia, pela brilhante exposição. Um dia, vou ter um raciocínio rápido assim, que nem a senhora. Ainda quero fazer uns registros das pessoas presentes: vereadora Luiza Ribeiro, que acabou de levantar aqui; vereador Pontinha, do município de Caarapó; vereadora Ramona, de Bonito; vereador Josenildo do Nascimento, de Nova Andradina; Amanda Rocha, assessora parlamentar da deputada federal Camila Jara; professoras Maria José e Maria Cleide, da Comissão de Monitoramento do Plano Estadual de Educação da Secretaria de Estado de Educação. Obrigado pela presença. Se tiver mais algum vereador ou vereadora, vou pedir para o Cerimonial registrar. Vamos partir para o terceiro momento... Chegou o vereador Almir, de Angélica, e também a vereadora Magda, de Ladário, diretamente do Pantanal. Vamos para o terceiro momento, que é o momento da participação das pessoas, do plenário especial, que quiserem falar e também do Plenário, seja aqui embaixo ou lá em cima. Vocês poderão encaminhar as questões por escrito ou falar ao microfone, que será disponibilizado pelo Cerimonial. Temos algumas perguntas que chegaram aqui e já vou lê-las para a professora Andreia; algumas contribuições e outras perguntas. A Maria Lúcia Muniz, de Campo Grande, da Escola Municipal Abel Ferreira Aragão: "O plano nacional, além da obrigação de estudar os planos nacionais de educação, pode prever a questão da falta de respeito que os alunos estão praticando contra os professores? Ou seja, a meu ver, os planos conseguem atingir os percentuais planejados



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

em alguns itens, mas, com relação à questão do respeito dos alunos, das equipes, dos colegiados das escolas, a cada dia nós não observamos progresso, pelo contrário, está pior". É a questão da disciplina. Temos aqui a Ana Maria Magro, que é do Ceim Claudete, de Dourados: "Que tenham um olhar, por parte dos parlamentares, com mais carinho e humanitário aos profissionais administrativos, com um piso salarial dos administrativos, com a formação e valorização, pois todos nós somos educadores". A Olinda Conceição da Silva: "Professora Andréia, nossa preocupação com os profissionais que estão atuando nas escolas públicas com [a prerrogativa do] notório saber. Eles atuam na educação profissional e técnica, não têm preocupação com a formação dos alunos, segundo os diretores; são aqueles profissionais que não têm formação, licenciatura, magistério, atuam como profissionais técnicos de notório saber". A Idalina da Silva: "Objetivos das metas quinze e dezesseis, contidas no PL nº 2.614, que é reforçar a importância da formação de nível superior para os administrativos da educação". São essas questões que chegaram aqui. Vou passar para a professora Andréia; depois, podemos abrir, se alguém quiser falar.

SENHORA ANDRÉIA NUNES MILITÃO (professora da UEMS) — São questões muito pertinentes, que foram trazidas pela Maria Lúcia, de Campo Grande. Indiretamente, o plano nacional vai trazer elementos da valorização dos profissionais em educação. Pelo tempo, não pude detalhar o que significa valorização. O autor Roberto Leher, que já foi reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tem um verbete que se chama "valorização do magistério". E nesse verbete ele vai dizer que nós temos dois elementos a se considerar. Ele chama o primeiro de condições objetivas. Então, quando eu falo de valorizar os trabalhadores em educação, vou pensar em condições objetivas. Quais são elas? Como que eu adentro na carreira docente? É via concurso? É via contrato temporário? Isso é um elemento? Qual é a minha jornada de trabalho? É vinte, trinta, quarenta horas? Isso são aspectos objetivos do trabalho dos profissionais em educação, mas, tem um elemento que chamamos de subjetivo e que toca no que você traz. Que elementos subjetivos são esses? Quando falamos, hoje, dos trabalhadores em educação e questionamos se alguém deseja ou não ser professor, professora, temos um certo afastamento dessa carreira, porque, ela foi perdendo a sua importância e isso está associado à atratividade da carreira. A atratividade tem a ver com a valorização salarial, uma valorização no processo formativo. Quando esses profissionais recuperarem esse "status", que nunca deveriam ter perdido... Essa perda começa na década de 1960, quando vamos ter um processo que chamamos de "proletarização" da profissão docente. As camadas médias e mais abastadas começam a se afastar do magistério, e ele vira profissão das camadas populares, menos abastadas. E parece que os investimentos, em relação... E o olhar daqueles que legislam começa a dar menos importância a esses trabalhadores. Precisamos recuperar esse "status" e essa importância. Eu creio que dessa forma, Maria



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

Lúcia, vamos recuperar. Vemos poucas, pouquíssimas situações no país de agressão a médicos, advogados, engenheiros. Eu ouço muito pouco que alguém foi ao dentista e bateu no dentista; alguém foi ao médico e bateu no médico. São raras as situações e, quando acontece, é em situações extremadas de adoecimento e por conta de más condições de atendimento. Mas precisamos recuperar essas condições e esse "status". Creio que vamos recuperar esse respeito a partir de políticas educacionais que valorizem os profissionais em educação. Eu acho que assim, conseguiremos. Claro que temos outros elementos para pensar; temos, aprovada desde 2019, uma lei, não vou me recordar do número corretamente para falar, mas, temos possibilidades em tramitação, porque não foi regulamentada, é a lei que coloca assistente sociais, psicólogos e pedagogos nas escolas públicas. Eu acho que isso pode ser um caminho para pensarmos em diálogo, em educação no seu sentido mais amplo, que não é só aquele de transmissão de conteúdo. Acho que a gente tem possibilidades. Espero ter respondido à Maria Lúcia. A Ana Maria, a Olinda e a Idalina vão convergir para dizer sobre os funcionários. Claro que, neste momento, queremos uma formação em nível superior para todos os trabalhadores que atuam nas instituições educativas, nas escolas públicas e na particular. Quanto mais elevarmos a formação desses trabalhadores, mais contribuiremos para elevar a qualidade da educação. Os trabalhadores em educação em diversas posições contribuem com o processo educativo, porque educação não faz só na sala de aula, ela não é só disciplinar, no sentido de conteúdo de matérias, é feita em qualquer espaço da instituição educativa, é feita quando um funcionário recebe uma criança, um adulto, um jovem na porta da escola, quando você tem um secretário que dialoga com a família, por isso precisamos de pessoas bem preparadas para elevar a escola pública. Concordo e isso é um movimento de melhoria nesse plano; no entanto, precisamos adicionar as reivindicações de formação, de carreira e de piso salarial para esses profissionais em educação, em particular para os funcionários. E tem a questão do notório saber, a última coisa. A permissão está na LDB de 1996 e agora se torna mais um trabalhador em educação, mas, essa mudança se deu por meio da Lei da Reforma do Ensino Médio, a Lei nº 13.415, que colocou uma mudança em [estabelecer] quem são os trabalhadores em educação e entra o profissional com notório saber. E quem pode eleger esses trabalhadores? Os próprios sistemas! E sabemos que, em particular nos municípios menores, temos uma proximidade, uma relação muito mais de clientelismo do que pautada por relações arbitradas por normas. E aí se coloca a pessoa sem menor preparação para atuar nesses espaços, porque os contratos também são transitórios, via terceirização ou via contratos temporários, e vamos perdendo o controle. Obviamente que queremos que todas e todos os profissionais em educação tenham formação em nível superior e, além disso, formação continuada e especialização, mestrado e doutorado. É disto que precisamos:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

elevantar e não rebaixar a formação, colocando um profissional com notório saber para atuar nesses espaços.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Gostaria de fazer um complemento à resposta da professora Andréia, quando estava falando das agressões que os professores sofrem em sala de aula. Estava conversando com uma professora, lá na praça, antes da caminhada, e ela me mostrou os braços marcados, roxos. Ela disse que todos os dias apanha de um aluno na escola. Fiquei assim, mas por quê? Como que é isso? Pela explicação dela, eu entendi que era uma criança que tinha um distúrbio de comportamento, um transtorno mental. Eu disse: essa criança precisa de tratamento, precisa de acompanhamento profissional, porque ela surta na sala de aula, bate na professora. Ela disse que a mãe não aceita tratamento, não aceita medicação, não aceita nada. Mas a professora não pode ficar exposta dessa forma todos os dias! Ela disse que nem consegue dar aula. Então, eu penso que também temos que levar em conta essa questão de alunos especiais, alunos que têm algum distúrbio, precisam realmente de um acompanhamento profissional, para não expor as professoras nesse sentido. Até sugeri a ela procurar o Conselho Tutelar, que encaminhasse, porque a mãe tem que aceitar que essa criança precisa de tratamento. Temos dois pedidos para falar aqui. A professora Deumeires e, depois, a professora Mariuza.

SENHORA DEUMEIRES MORAIS (vice-presidente da Fetems) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Quero cumprimentar o nosso companheiro, deputado Pedro Kemp, pela proposição, juntamente com a deputada Gleice Jane. Cumprimento o presidente da Fetems, professor Jaime Teixeira, o Onivam e quero parabenizá-la, Andréia. A escolha nossa não poderia ter sido melhor, ao convidá-la para fazer a explanação desse assunto tão importante para este dia e para nós. Antes de falar do plano, não posso deixar de dizer da maravilha que vivemos, mais uma vez, hoje, nas ruas de Campo Grande. Estava olhando as fotos e ainda me emociono. Nós, que estávamos em cima do caminhão, conseguíamos ver a grandiosidade do número de pessoas e a vibração de estarem nas ruas, defendendo as pautas da educação, dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Mais uma vez, em nome do presidente Jaime, eu quero parabenizar a cada um, a cada uma que se esforçou para estar conosco neste dia e, também, parabenizar os presidentes e presidentas dos Sinteds. Quero fazer um comentário, Andréia, para que você possa também falar sobre isto. Você coloca para nós sua preocupação com relação aos deputados que estão na comissão que analisará e encaminhará nosso Plano Nacional de Educação, porque eles têm as suas ligações, algumas em relação ao conservadorismo, que são os ideais deles, outras em relação a estarem ligados às universidades privadas. Precisamos ter como objetivo, enquanto trabalhadoras e trabalhadores, lembrar sempre da importância



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

de termos os nossos representantes nos espaços de poder. Muita gente critica quando nossos companheiros e companheiras se candidatam, colocam os nomes à disposição. Mas colocam por quê? Porque é fundamental que tenhamos os nossos representantes, assim como temos o Pedro, a Gleice, o Zeca, que defendem as nossas pautas; é necessário que essa defesa também seja feita em âmbito nacional. Então, queria que você fizesse um comentário sobre isto, da importância de termos as pessoas que pensam como nós e que sabem quais são as necessidades que temos; nós, que estamos lá no chão da escola em todos os sentidos. Obrigada!

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bem. Como temos vários pedidos para fazer uso da fala, vou estabelecer três minutos para cada um, democraticamente. Professora Mariuza, depois o professor Etienne Biasotto, da UFGD. Você foi premiada, Mariuza. Três minutos.

SENHORA MARIUZA APARECIDA CAMILO GUIMARÃES (conselheira do Conselho Estadual de Educação de MS) — Obrigada! Quando chega a minha vez... Bom, quero parabenizar aqui o deputado Pedro Kemp, deputada Gleice Jane, que nos representam efetivamente nesta Casa. Quero parabenizar vocês pela iniciativa de fazer este importante debate sobre o Plano Nacional de Educação. Cumprimento o companheiro Onivan, meu parceiro de Fórum Estadual de Educação e parceiro na elaboração do Plano Estadual de Educação; o companheiro Jaime, de muitas lutas; a professora Andréia, colega que tem andado pelo Brasil todo, acompanho-a pelas redes sociais, falando sobre esse importante debate. Andréia, você colocou algumas ausências e quero também falar um pouco sobre os riscos. Estamos vivendo um momento de extremo conservadorismo e precisamos estar atentos e atentas. Sempre falo para os alunos — também trabalho com políticas públicas — que em nossas constituições, sempre tivemos duas questões polêmicas: uma questão é o financiamento, que você falou; e a outra questão era a questão do ensino religioso. Hoje, a questão não é mais do ensino religioso, mas, da prática de uma única religião, colocada dentro da escola, ou seja, a quebra de um princípio que também foi a nossa luta, que é a questão da laicidade. O nosso Estado é laico e a escola pública precisa ser laica, porque precisa respeitar todas as manifestações religiosas. Vivenciamos algumas situações, como a questão do movimento Escola Sem Partido, a questão do "homeschooling", a questão de gênero e sexualidade, que também é uma pauta que a extrema-direita continua disputando no que se refere à escola pública. E isso é uma questão que nós precisamos estar atentos e atentas; só vamos romper com essas questões fazendo o que a educação básica fez, hoje, em Mato Grosso do Sul: na rua! É na rua, falando com as pessoas, nesses espaços, que vamos conquistar o direito a uma escola pública gratuita, laica, socialmente referenciada e com participação de toda a comunidade. Quero falar



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

também de duas ausências. Queria que você falasse um pouco sobre isso, que são a educação em direitos humanos e a educação ambiental. Considerando essa pauta moral — considerando a pauta da extrema-direita, que não é só no Brasil, é mundial — e a questão da crise climática, precisamos discutir essas questões dentro do Plano Nacional de Educação. São lutas que temos ainda que empreender para que tenhamos um Plano Nacional de Educação que venha ao encontro das demandas, sobretudo da classe trabalhadora.

DEPUTADO PEDRO KEMP PT (proponente) — Parabéns pelos três minutos. Agora, o professor Etienne Biasotto.

SENHOR ETIENNE BIASOTTO (pró-reitor de ensino de graduação da UFGD) — Bom dia a todos e todas. Fiquei em uma situação complicada, porque ela cumpriu os três minutos. Quero cumprimentar todas e todos e dizer que é uma alegria muito grande estar aqui, na luta pela defesa da educação e colocar o que temos vivido no país nos últimos anos: um negacionismo que vimos e um conservadorismo que foi muito bem colocado. Não podia deixar de falar que, em 2012, tivemos a aprovação da Lei das Cotas e, com isso, percebemos que o Plano Nacional de Educação vem em 2014... Julgo-o como um bom plano, é uma pena que ele não foi efetivado e o governo, naquela época, teve uma gestão de dois anos do plano; em 2014 foi aprovado... Um ano praticamente e, depois, tivemos um golpe e, depois disso, que plano que existia? Não existia mais plano. O plano de agora, 2025 a 2035, reforça muitas coisas do outro e foi muito bem colocado pela professora Andréia e acredito que vai trazer avanços significativos. Queria trazer, com isso, que não temos muitos professores, apesar da plenária estar cheia e de termos uma rua cheia, hoje, mas, não temos. Teríamos que dobrar, triplicar a quantidade de professores e professoras. Por quê? Porque não temos todas as crianças na escola, elas ainda não estão lá; se estivessem, não teríamos professores e professoras suficientes. Emendo trazendo o programa do governo Lula, do Mais Professores, porque, às vezes, temos na capital, mas não temos em todas as cidades e quero trazer também o reforço que o governo Lula trouxe ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Não sei se todos acompanham o Pibid nas escolas, mas, na UFGD, saltou de cinquenta bolsas para setecentas bolsas do Pibid. Isso é mais professoras e professores na licenciatura, nas escolas. Para finalizar, queria dizer que temos vagas ociosas na universidade e muito disso é por conta dessa política negacionista que vivenciamos e é muito por conta da destruição das instituições públicas de ensino. Temos uma disputa muito grande, precisamos atender a esse pedido do governo Lula, de mais professoras e professores nas licenciaturas e ocupar essas vagas nas universidades públicas. Finalizando, agora nos meus dez segundos, quero dizer para vocês que a minha preocupação é muito grande e queria esse



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

apoio, é quase uma pergunta: quem vai fazer a gestão desse plano? Essa é uma preocupação que temos que ter, porque 2026 está aí e vimos o que acontece se não defendemos pessoas que defendam a educação. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP PT (proponente) — Aqui tem uma pergunta, por escrito, da Vitória Carminatti, do Conselho Regional de Psicologia: "Como garantir a presença dos profissionais de psicologia nas escolas?" E o próximo inscrito, o professor Júlio. Três minutos, professor.

SENHOR JÚLIO CÉZAR DOS SANTOS (diretor da Escola Estadual Floriano Viegas Machado) — Boa tarde, sou o professor Júlio e estou como diretor da Escola Estadual Floriano Viegas Machado, de Dourados, e quero parabenizar todos os organizadores da audiência. É importante que tenhamos momentos como este, em que, realmente, escutem aqueles que estão no chão da sala de aula e que colocam em prática. Este ano, teremos o Saeb e, em contrapartida, nas escolas particulares... Nas escolas públicas, temos uma grande demanda de alunos da educação especial, alunos estrangeiros, principalmente venezuelanos, e essas avaliações externas não consideram essas questões. O aluno da educação especial faz a prova normalmente. Acho que há muitos professores de apoio aqui, que sabem dos desafios: alguns são mordidos, conversei com uma professora aqui que foi mordida por um aluno esses dias na sala de aula. Essa é a realidade, que não existe na escola particular, a quantidade de alunos da educação especial! Queria que a professora Andréia falasse — quando ela disse do retrocesso do governo anterior e a evolução do governo atual, quando ele revogou a lei —, queria que a senhora detalhasse mais quais são essas evoluções na questão de educação especial. Essa é a minha pergunta. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP PT (proponente) — Outro professor que pediu a palavra, ali de boina verde e branca. Pelo visto, é um palmeirense.

SENHOR JÚLIO MORETTI (professor do município de Sidrolândia) — Sou o professor Júlio Moretti, de Sidrolândia, professor de Física. Gostaria de falar o quanto é importante para nós, que estamos aqui, coisa que nós já fazemos, que é nos expor. Já fazemos isso, de diversas formas, desde que nós nascemos. Só que agora, quando achamos que não pioraria, a coisa parece que ficou mais feia do que já estava. E a tendência, infelizmente, é que isso se perdesse por muito tempo. Mesmo nós, que temos receio; alguns de nós, que já nos expomos muito na vida, que já apanhamos ou que continuamos a apanhar todos os dias, a importância de nós, coisa que já sabemos... Mas isso é um embate em que nós precisamos ganhar a sociedade. Quem me conhece sabe, eu sou muito reclamão, gostaria aqui de falar de muita coisa, das provas nacionais, das



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

provas estaduais, do desrespeito que temos em sala de aula, entretanto, nós precisamos ganhar a sociedade, demonstrar o quanto isso é importante para o filho da dona de casa, para o cara e para dona de casa, para o pai, para o vovô, para a titia, que muitas vezes acreditam que a privatização da escola vai trazer algum benefício para o filho, para o futuro dele. É um embate, é um campo em que vamos precisar nos expor. Em alguns momentos — essa fala é para mim também —, vou precisar engolir algumas pequenas coisinhas que me incomodam momentaneamente e perceber que vamos ter que abrir a boca para conversar com as pessoas que estão para além dos muros da escola, porque isso é a longo prazo. Provavelmente, teremos algumas derrotas nessa empreita, entretanto, de derrota em derrota, vamos construindo experiência para uma batalha que vai ser longa e precisamos convencer, principalmente, aquelas pessoas que acham que isso vai ser uma ótima alternativa para a vida do futuro deles. Nós, educação — não nós, professores; nós, educação mesmo —, somos o futuro, não só dos filhos deles, mas somos o futuro da nação e, como bom professor de Física, gostaria de terminar a fala, óbvio, com uma poesia. Ela é muito grande, vou falar só a primeira e a última estrofe. De José Gomes Ferreira, "Não Passam Mais". "Em nome dos nossos braços / em nome das nossas mãos / em nome de quantos passos / deram nossos irmãos. / Em nome das ferramentas / que nos esmagaram os dedos / das torturas, das tormentas / das sevícias dos degredos. / Em nome daquele nome que herdamos dos nossos pais / em nome da sua fome / dizemos: não passam mais! Em nome do que passamos / não deixaremos passar / o patrão que ultrapassamos / e que nos quer trespassar. / E por onde a gente passa / nós passamos a palavra: / cada rua, cada praça / é o chão que o povo lavra. / Passaremos adiante / com um passo firme e seguro. / O passado é já bastante / Temos que passar ao futuro". Não sou palmeirense!

DEPUTADO PEDRO KEMP PT (proponente) — Muito bom esse momento de poesia. Poesia não compra sapato, mas, como andar sem poesia? Agora vai falar a professora Sueli Veiga. Três minutos, sempre lembro. Parabéns pela poesia, professor. Pena que você não seja palmeirense.

SENHORA SUELI VEIGA (secretária de Políticas Educacionais da Fetems) — Boa tarde a todos e a todas. Não vou fazer uma pergunta, vou fazer um cumprimento e fazer algumas considerações. Cumprimento o deputado Pedro Kemp, a deputada Gleice Jane, os membros da Fetems — professor Jaime, Deumeires —, a nossa convidada, professora Andréia, o Onivan, que é do fórum, e cada um e cada uma de nós. Reforço a importância deste debate sobre o plano nacional, que é fundamental, porque, representa compromissos. É o compromisso fundamental desta Assembleia Legislativa com o plano; é o compromisso das entidades que estão aqui e daquelas que não estão, mas, elas têm o compromisso com o plano. É fundamental porque representa o compromisso de todas as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

peessoas que estão aqui, que vão levar esse compromisso para onde elas estão. Como a professora Andréia já disse, tivemos outros planos que não foram cumpridos, o de 2001 não foi cumprido porque o FHC vetou o recurso, vetou o aumento do PIB. Este atual, mesmo agora, grande parte dele ainda não foi cumprido, mas, mesmo não sendo cumprido, ele é fundamental, porque, o plano dá direção, diz o que deve ser, como deve ser e como deve ser feito. Isso é importante, porque, em todos os lugares, nas escolas, nos municípios, no estado e em nível nacional passamos a ter uma linha a seguir. Ah, não cumpriu? Vai para o próximo plano como coisa que precisa ser cumprida. Se não tivermos um plano, deixamos em aberto para cada um fazer o que quiser. Assim, no município, faz o que quiser; na escola, faz o que quiser; no estado, faz o que quiser; em nível nacional, faz o que quiser. Aí privatiza, terceiriza... A lei já não permitindo, ficam cavando brechas para fazerem isso! Imaginem se não tivermos um plano! Então, o plano é fundamental e precisamos fazer muito esforço para aprovar o plano atual. Não vai ser fácil! Por isso, eu me inscrevi mais para falar isso. Precisamos convencer os vereadores, os prefeitos, as prefeitas, os companheiros nas escolas, os pais, as mães, os deputados... Esse plano vai ser votado na Câmara Federal e precisamos convencê-los e ganhá-los para esse debate da educação, que todos nós concordamos que é fundamental, que é importante. Todos nós queremos... Gente, um país que tem só metade dos jovens no ensino médio e 25% no ensino superior é uma perda para as pessoas, é uma perda para o país, é uma perda para nós, enquanto sociedade. Precisamos de um plano para avançarmos, para melhorarmos e precisamos de todas as pessoas para nos ajudar a convencer, para nos ajudar a aprovar esse plano. O plano pode não contemplar tudo o que defendemos, mas, no geral, ele faz a defesa da educação pública de qualidade acima da educação privada, sempre priorizando o público, a valorização dos profissionais, a gestão democrática, o financiamento da educação. Ele contempla tudo isso. É a nossa arma para combater a privatização, a precarização e essas ingerências na tentativa de buscar os recursos que são destinados à educação do público para o privado. Então, acho que é uma luta de cada um, de cada uma de nós e estamos de parabéns por este momento. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigada. Queria registrar a presença do vereador Carlito, de Glória de Dourados. O próximo inscrito é o Pompeo, de Coxim... Saiu? Então, a próxima inscrita é a Idalina da Silva.

SENHORA IDALINA DA SILVA (secretária dos Funcionários Administrativos da Fetems) — Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Pedro, e obrigada por esta audiência. Professor Jaime e professora Andréia. Meu companheiro de movimento sindical, Onivan. A minha deputada, Gleice. Lembra, lá em Brasília? Quando eu falei: um dia, você vai estar em um espaço assim! Nós, dentro da Câmara Federal, fazendo uma visita aos deputados e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

questionando a importância da nossa presença nesses espaços. Vê-la, hoje, aqui, é um orgulho muito grande. Quero dizer que é um orgulho conhecer o filho do professor Biasotto. O senhor tem um papel importante na UFGD, na nossa formação. Sou funcionária de escola, sou agente de atividades educacionais, sou formada pelo Profucionário, sou técnica em Secretaria Escolar e temos, desde 2009, a Lei nº 12.014, que nos reconheceu, funcionários de escola, como profissionais em educação. Essa lei alterou o artigo nº 61 da LDB e nos incluiu dentro da LDB. Então, a nossa luta no movimento sindical não é uma luta de hoje, temos muitas lutas para conquistar, mas, o que temos, hoje, são as leis que nos reconhece. Temos a Lei nº 12.796 — não é, professora Andréia? —, que nos dá o direito — dentro da LDB, dentro do Plano Nacional de Educação, nos planos estaduais e nos planos municipais — à formação. E a Fetems avançou muito nessa questão da nossa formação. Cito o Onivan, que foi meu companheiro na UFMS, quando conquistamos, quando fomos o primeiro estado do país que conquistou a formação em nível superior para funcionários de escola na área da Alimentação Escolar, Secretaria Escolar. Hoje, a UFMS nos dá esse direito e a UFGD pode ser parceira nessa prática também, de nos ofertar essa profissionalização. Temos colegas dentro das unidades escolares que têm nível superior em Pedagogia, Letras, História, Geografia, mas, não queremos ingressar na carreira do magistério, queremos ficar na carreira do administrativo, na área administrativa. Para barrar a questão da terceirização da nossa profissão dentro das escolas e para contribuir com a qualidade do ensino que as professoras Andréia e Mariuza citaram, nós precisamos de concurso! E a Fetems conquistou isso em 2018, com o último concurso para nossa área, dos funcionários de escola, que foi feito chamada até 2024, para poder preencher as vagas dentro das unidades escolares. Quero dizer que a Fetems nunca parou de lutar por nós e o que precisamos é de parcerias com a UFGD, com a UFMS e com outras universidades públicas, porque, queremos formação para nós, funcionários, dentro das nossas universidades públicas. O senhor falou que há vagas ociosas dentro das universidades e estamos prontos para preencher essas vagas, com os nossos cursos. Já temos o projeto pronto, a Fetems tem todos os quatro projetos de formação, conforme a Capes autorizou em 2015. Antes do golpe contra a Dilma, conseguimos autorização da Capes, referente aos nossos quatro cursos. Estamos discutindo isso com a ALEMS... Vamos discutir isso com a UFGD também?

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Temos duas pessoas inscritas, as duas últimas. Depois, vamos passar para as considerações finais. Com a palavra, a professora Elizangela Tiago de Maia, de Dourados. Depois, a senhora Luciane Costadele.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

SENHORA ELIZANGELA TIAGO DE MAIA (professora da Rede Municipal de Dourados) — Boa tarde. Sou a professora Elizangela, candidata a vice-presidente da Fetems, Chapa Alternativa. Sou professora em Dourados, leciono em duas escolas municipais. Quando a professora Andréia fala do financiamento da educação, penso que essa é uma das principais disputas, considerando que não conseguimos avançar na garantia da qualidade quando não se tem financiamento suficiente para garantir essa qualidade que a gente tanto almeja. Assim como o Custo Aluno-Qualidade inicial e Custo Aluno-Qualidade (CAQi/CAQ), que vem sendo debatido, também precisamos de um percentual maior do PIB, para conseguirmos avançar nas pautas pelas quais, historicamente, lutamos. Gostaria de citar, por exemplo, a comparação salarial dos professores da Rede Estadual de Ensino. Entre contratados e efetivos, temos uma disparidade salarial que é vergonhosa e injusta, porque, profissionais com a mesma atribuição têm um salário muito diferenciado. A carreira também é uma luta política da categoria. Que tenhamos uma carreira progressiva; que tenhamos a garantia de doutorado; que o professor receba por esse nível quando ele estuda. Não ouvi a professora falando sobre a licença-estudo, fundamental para que os professores e os trabalhadores em educação tenham condições de estudar, de cursar um mestrado, um doutorado. Gostaria que a professora falasse sobre isso, se há a garantia no Plano Nacional de Educação da licença para o estudo. Sobre a Política de Educação Especial, temos uma política que iniciou a implementação a partir do ano de 2000, nós estamos em 2025, muita coisa mudou como, por exemplo, o número de crianças com deficiência. Essa inclusão não vem sendo acompanhada pela garantia de estrutura e recursos para desenvolvermos esse trabalho junto com as crianças. Sem falar do processo de municipalização que vem acontecendo em muitos municípios. Então, aumentou muito a superlotação das salas de aula, juntamente com essa inclusão, com o aumento das crianças com deficiência e esse aumento não vem acompanhado de investimentos. Precisamos também de financiamento para garantir que realmente essa inclusão aconteça nas escolas e nos Centros de Educação Infantil. Sobre o piso do magistério: muitos municípios ainda estão abaixo do piso. O piso do administrativo também é uma luta histórica. Redução da jornada. É impossível conseguirmos desenvolver um bom trabalho, garantir a qualidade, com a jornada de trabalho que temos hoje, com a quantidade de escolas que os professores precisam lecionar para garantir a sua jornada semanal. A redução da jornada também tem que estar no centro de disputa, quando se fala em qualidade de ensino. Não poderia deixar de falar da abertura de concurso e com foco nos professores de apoio. Há um retrocesso em alguns municípios em que os professores estão sendo substituídos por profissionais com formação em nível médio. Isso impacta não somente o atendimento das crianças, mas os demais professores. Se esses profissionais não terão as mesmas atribuições de um professor, não terão a obrigatoriedade de planejar



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

as aulas, de adaptar as provas e os materiais que precisam ser utilizados junto a essas crianças no dia a dia, isso acarretará mais trabalho para os professores de outras disciplinas, os profissionais que nós chamamos como R1. Isso é preocupante! Também tem que estar na pauta, na luta, a abertura de concurso para professores de apoio, porque, não podemos retroceder. Em Dourados, onde temos um concurso em aberto, esses profissionais precisam ser chamados para ocupar essas vagas, porque temos um aumento de crianças com deficiência. E para fechar a minha fala, professora Andréia, o desafio de garantir mais financiamento para educação, com o teto dos gastos, que corta, que retira recursos da educação e, também, o desafio do controle social. Temos que garantir mais financiamento, mas precisamos também garantir que esses recursos cheguem às escolas, aos municípios e que, efetivamente, sejam aplicados pelo menos 70% para pagamento de salários, 30% para a manutenção e desenvolvimento do ensino e os recursos oriundos da arrecadação municipal, que também devem ser aplicados, pelo menos 25%, na educação. Gostaria de saber também como que está colocado o controle social no Plano Nacional de Educação. É isso. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, professora Elizangela. Para encerrar, a senhora Luciane Costadele. Ela é empresária e conselheira da Região do Anhanduizinho de Campo Grande.

SENHORA LUCIANE COSTADELE (conselheira da Região do Anhanduizinho) — Boa tarde, deputados Pedro Kemp e Gleice Jane, Onivan e todos os demais presentes. Parabéns à professora, sua palestra foi excelente. Sou empresária e o deputado já me conhece há algum tempo. Venho, desde 2010, participando do debate público com relação ao orçamento público. Representei a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande nos conselhos regionais, a partir de 2014. Em 2016, fui coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida em Mato Grosso do Sul. De 2015 a 2018, fui conselheira estadual de Educação, representando a Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul (Faems). Estive muito nos dois lados, no lado do empresário e no lado do servidor público, o qual honro a vida de todo o servidor público e sempre defendi ambos os lados. Nessa minha trajetória, foquei em orçamento público, tanto planejado como executado, como cidadã pagadora de impostos. Viu, professora. Acho que o financiamento realmente é algo importantíssimo e não é uma falta de orçamento que o Brasil tem, uma falta de recurso, pois somos um país muito rico. Mas, realmente, o sistema da dívida em que estamos hoje absorvidos, um sistema político-partidário que retira muitos recursos das políticas públicas, que é algo que eu venho também avaliando muito forte... Estou protocolando, hoje, aqui na audiência, um ofício que está baseado em uma tese de cidadã pagadora de impostos que venho praticando, que é a memória institucional. Defendo que o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

Brasil precisa de uma memória, assim como a senhora é historiadora, nós precisamos de memória, assim como a professora Sueli, que também é uma grande amiga e admiro muito o trabalho dela. Temos que, a partir do momento em que iniciamos o planejamento — acho que planejamento em um país é tudo e planos, projetos, recursos foram feitos para serem executados, independente do governo; independente se for da esquerda, se for da direita, se for conservador —, manter a coerência. Independente que o CPF do novo vereador seja outro, é uma instituição que representa o povo! Assim como a Câmara dos Deputados, assim como o Congresso Nacional. Comecei essa tese e, neste ano, tenho participado, toda terça e quinta-feira, de todas as sessões da Câmara Municipal, participo das audiências também na Assembleia Legislativa e caminho para o Congresso Nacional, com a tese da memória institucional, a ciência orçamentária, a ciência jurídica, a ciência social. Porque nós fabricamos leis, deputado. O senhor está aqui, eu acompanho muito o trabalho de todo o Legislativo. Quanto mais leis fazemos, mais caro fica o Judiciário e menos dinheiro fica no Executivo. Se fizermos uma análise do orçamento, como eu faço todos os dias, é algo encantador pelo processo científico de ver que a educação poderia ser a melhor, os professores poderiam ser muito bem remunerados e reconhecidos, assim como todos os profissionais. Desde que invistamos menos no Legislativo, que o Legislativo seja, realmente, essa representação do povo. O meu ofício aqui, deputado, já finalizando, é com essa intenção de que esta Comissão de Educação mantenha um processo contínuo da análise do plano, que esse plano, realmente, seja para todos os brasileiros e que possamos... Sinceramente, sou a favor de que a educação — assim como é laica quanto à religião — também não seja ideológica, que ela seja para todas as pessoas. Sem uma ideologia marcada, mas, sim, com as suas diferenças. Aqui, na Assembleia, como na Câmara dos Deputados e no Congresso, aí, sim, vamos ser ideológicos e vamos discutir aquelas nossas pautas. Mas a educação, a saúde, o meio ambiente e tudo que nos toca têm uma necessidade de uma ciência social, de uma ciência jurídica e de uma ciência orçamentária. Muito obrigada, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Vamos passar para as considerações da professora Andréia. Pedi para ela fazer um resumo, de cinco minutos, para comentar as falas. Depois, as considerações finais dos componentes da mesa.

SENHORA ANDRÉIA NUNES MILITÃO (professora da UEMS) — Acho que audiência pública tem este caráter: abrir para que as pessoas falem e tragam elementos propositivos e analíticos, para fazermos uma construção em relação ao tema. Foram questões muito abrangentes. O que a Deumeires e o Etienne colocaram estão na mesma perspectiva. A Deumeires perguntou e colocou uma questão importante em relação à composição da câmara, seja municipal, estadual, federal, temos que estar pensando nisso.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

Da mesma forma, o Etienne fez uma questão central, quem vai fazer a gestão do plano? Quando estudamos políticas educacionais, é importante entendermos que estamos sempre em disputa. Estamos em disputa agora para elaborar um plano, que atenda à perspectiva de educação pública, gratuita, para todos e com justiça social, ambiental. É essa perspectiva que queremos para a educação, mas, essa disputa não cessa quando aprovamos a lei. Ela permanece, em particular, no momento da implementação ou materialização como pretendem alguns autores. É muito bom lembrar que temos um jargão; a primeira vez que eu o ouvi, foi o professor Demerval Saviani quem disse: "Nós precisamos de um plano de Estado". Obviamente, precisamos de políticas de Estado, um plano de Estado, mas, isso não interrompe os problemas futuros, porque os governos operacionalizam os planos e nós fazemos escolhas de governo. Enquanto sujeitos políticos e exercendo a nossa cidadania, fazemos a escolha. Por isso, problematizo sempre este jargão: vamos ter um plano de Estado. Foi aprovado o último no governo de Dilma Rousseff, um plano que a sociedade civil queria com 10%, o maior investimento em educação pública que já tivemos enquanto elemento de planejamento. No entanto, tivemos dois presidentes subsequentes, e vamos nomeá-los, Michel Temer e Jair Bolsonaro, que interromperam a materialização. Inclusive, o autor Nelson Amaral — professor da Universidade Federal de Goiás, um dos maiores especialistas em financiamento, membro da Associação Nacional em Financiamento da Educação (Fineduca) diz que o plano foi decretado morto em 2016, quando Michel Temer fez uma emenda constitucional, que ficou conhecida como a PEC dos Gastos. Então, por mais que discutamos uma política de Estado, temos que entender que são os governos que operacionalizam. E aí, a pergunta do Etienne e a provocação muito bem colocada pela professora Deumeires são centrais: quem vai operacionalizar? E nós vamos fazer escolhas! E para fazer escolhas, temos que fazer circular o conhecimento, a produção do conhecimento que se faz na universidade, a produção do conhecimento que se faz no nosso cotidiano e, sobremaneira, precisamos disputar com a desinformação que cada vez cresce mais, porque, não temos ainda, infelizmente, uma lei que regulamenta as redes sociais. Vamos precisar fazer esse debate. Vamos precisar fazer escolhas, pensando no que a colega... Perdoe-me, não consegui... Luciane trouxe por último. A Luciane coloca, nessa perspectiva, de termos uma educação que não seja ideológica. Luciane, todas as nossas opções... Eu sou pesquisadora, eu escolho um autor ou outro, eu escolhi alguns para balizar a minha fala. Escolhemos o tempo todo, fazer escolha de políticas, fazemos escolha de autores, porque é isso que a Constituição Federal nos permite. Temos autonomia didático-científica, qualquer professor tem, isso é princípio constitucional. O estranho seria que padronizássemos e todo mundo pensasse assim. Logo, vamos usar essa perspectiva para qualquer outra instituição, não só as educativas, vamos colocar a mesma perspectiva nas igrejas, nas famílias etc... Não! Mas por que queremos essa pseudoneutralidade na



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

educação e na ciência? É a única instituição em que queremos essa pseudoneutralidade. Não somos neutros, ninguém é neutro. Nem eu, nem você, nem ninguém aqui é neutro. Nós assumimos posição. A minha posição é a favor da democracia, da educação pública, dos trabalhadores em educação e vou assumir e vou me substanciar em autores que defendam isso. Vou sempre me posicionar de forma contrária com relação ao negacionismo científico, a uma inserção de aspectos religiosos onde não cabe, que é na escola. A escola, por natureza, é laica, assim como a universidade. Então, precisamos nos posicionar e aí fazemos nossas escolhas. Cada um faz suas escolhas. Eu prefiro estar com o Paulo Freire e tem gente que prefere estar com um sujeito que já morreu e prefiro nem mencionar o nome para que ninguém tenha curiosidade de saber quem é. Precisamos pensar nisso. Tem toda a razão quando são colocadas pautas com relação a questões práticas. Uma colega, também me perdoe, não marquei o nome, foi muito rápido, perguntou como garantir os psicólogos nas escolas. Temos uma lei nacional aprovada em 2019, que está em processo de regulamentação. E sabem por quê? Porque temos uma disputa com relação a quem vai pagar esses profissionais, os psicólogos e assistentes sociais. É a educação? É a assistência social? É a saúde? Quem vai pagar? O Fundeb, a nova Lei do Fundeb prevê que eles são profissionais em educação a partir de 2019, no entanto, não temos recurso para pagar esses profissionais e esse é o grande impasse. Sei que Campo Grande... Não, a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul [contrata esses profissionais], o Onivan alertou, mas, temos também a contratação em Dourados. Mas não estamos pensando só em Mato Grosso do Sul, Dourados e Campo Grande, estamos pensando na regulamentação nacional. A professora Celi, que não está aqui, que é do Conselho Estadual de Educação, fez um grande trabalho com relação aos psicólogos, inclusive, algumas universidades como a UEMS foram induzidas a criarem o curso de Psicologia. A UFGD já tem e é bom que muitos saibam que a Psicologia nas escolas... Estou com uma doutoranda, que é a Carla Capilé, psicóloga do Instituto Federal de Dourados, que está estudando a inserção de psicólogos na educação básica como um elemento para valorização do trabalho docente. Precisamos desses trabalhadores e não é incomum falarmos: eu não sou psicólogo; eu não sou assistente social. Ora, temos a oportunidade de regulamentar. E quem que vai regulamentar? São os municípios, os estados e o Distrito Federal e precisamos fazer uma luta maior e discutir, nacionalmente, quem vai pagar. É o [ponto] central, é o financiamento. Precisamos desses profissionais e eu acredito neles, mas, é preciso que se garanta que esse dinheiro não saia da educação e a gente precisa discutir isso com mais cuidado. Com relação à colega que trouxe a questão da educação especial. Quando mencionei o Decreto nº 10.502, que foi lançado pelo governo Bolsonaro, mas, foi declarado inconstitucional em uma audiência do Supremo Tribunal Federal e quem fez a defesa contrária foi uma professora de Mato Grosso do Sul, a professora Mônica



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

Kassar, da UFMS... Por que entendemos que a revogação desse decreto já é um elemento de avanço? Porque, muitas vezes, não retroagir já é um avanço. Temos uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que é de 2008, que garante que as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou com superdotação têm o direito de frequentar a escola regular comum e têm direito a um atendimento educacional especializado. É isso que está posto em 2008 e que o governo Bolsonaro retroagiria, porque queria colocá-los em instituições especializadas. A escola não é uma instituição meramente de transmissão de conteúdo — é também —, mas, a escola é um espaço de sociabilidade, de aprendizagem, de inclusão e eu aprendo só de ficar próximo a esses sujeitos, só de conviver com esses sujeitos. É por isso que vamos defender uma educação que não aparte, não queremos ninguém apartado de nós. Queremos uma convivência e, por isso, entendo que não retroagir é um avanço. Atualmente, o Governo Federal está discutindo, por meio de um grupo de trabalho, quem são esses profissionais. Há um grupo de trabalho, não temos um único, uma única nomenclatura e uma única função, temos uma diversidade e quero mencionar a tese da professora Sandra Regina de Sousa Oliveira, professora da UFGD, foi minha doutoranda nessa instituição. Ela entrevistou a Deumeires, o Jaime Teixeira e tantos colegas. A tese dela fala das condições de trabalho dos profissionais que atuam na educação especial e estuda o Estado de Mato Grosso do Sul como um todo. É uma tese que eu recomendo a leitura e que precisa ser disseminada, porque, esses trabalhadores têm diversas condições a depender do município e, na maioria das vezes, más condições de trabalho e rebaixamento em relação aos demais professores. Então, respondendo à colega, seria isso e precisamos pensar nessa perspectiva. O professor Etienne também mencionou a importância de o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o Mais Professores. Vou fazer duas considerações sobre eles. Estamos falando de política de Estado, mas, precisamos ter políticas governamentais nacionais, estaduais e municipais. O Pibid é um programa do governo do PT, que foi continuado em todos os presidentes subsequentes, no entanto, com rebaixamento e diminuição de bolsas. Participei de uma audiência pública na Câmara Federal defendendo a ampliação para todos os estudantes das licenciaturas e o aumento dessas bolsas, porque, não queremos duas categorias de estudantes de licenciatura, uma que tem a iniciação à docência e a outra que não tem. Por isso — nem olha para mim, porque eu demoro um pouquinho — que está tramitando no Congresso Nacional um projeto de lei, o PL nº 3.970, que almeja transformar o Pibid em uma política pública. Primeiro foi um programa do governo do PT; agora, queremos transformar em uma política de Estado. Por isso que fazemos escolhas políticas a cada quatro anos e precisamos acertar. O Mais Professores já é um programa e preciso mencionar que traz aspectos positivos, mas, tem uma ressalva que eu vou fazer. Ele traz



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

dois aspectos positivos. Ele incentiva, por meio de um adicional no salário de dois mil e cem reais, o deslocamento de professores para onde faltam professores. Ainda temos lugares onde pessoas leigas, sem formação alguma, ministram aulas. Não é só em Mato Grosso do Sul, é no Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, em Brasília, em qualquer lugar do país há professores leigos. Em Amambai há muitos, que eu sei. Então, precisamos fazer essa discussão, é preciso pensar em incentivos para esse deslocamento, porque não é fácil ficar longe da família, do seu estado, da sua cultura; é preciso de incentivos salariais e defendo publicamente que não pode ser só por dois anos, que esse adicional seja permanente, assim como temos o adicional por local de difícil acesso ou por insalubridade. Tem que ser algo permanente e nós precisamos defender isso. Para os estudantes, o que é importante? Os estudantes vão receber uma bolsa, se não me engano de mil e cem reais, não tenho certeza do valor, mas, uma parte desse valor é sacada durante a graduação, uma parte funciona como poupança e só vão poder retirar esse valor se concluírem o curso. Então, é uma política que incentiva a formação de professores. Qual é a ressalva e a crítica pública da entrevista, na semana passada, publicada na revista Poli, da Fiocruz, falando sobre isso? A ressalva é que a valorização não pode ser meritocrática e é o que está posto nessa lei. Quando se tem uma lei, quando se tem um programa, ele é um ponto de partida e precisamos fazer a crítica pública para ele avançar. Não concordo com um tipo de valorização meritocrática, que valoriza o sujeito pelo seu rendimento. Não é isso! Queremos uma valorização como colocamos aqui inicialmente, que é o que está no documento da Conae, que o Estado garanta a formação inicial, continuada e pública. E queremos pública, porque não podemos responsabilizar o sujeito pela sua formação, que é um reclame de qualquer estado. Não há um estado que não tenha professores, profissionais em educação como um todo, mas também precisamos pensar que a valorização implica a carreira, o salário, as condições de trabalho e de saúde desses profissionais. Se quisermos a valorização de fato, teremos que garantir na sua integralidade! Não adianta discutir só formação e responsabilizar a universidade pública que nem é, majoritariamente, a responsável pela maior parte dos profissionais formados. Já temos dados, amplamente conhecidos, que a iniciativa privada é quem mais forma, não é a pública e precisamos ampliar vagas em universidades públicas, na formação inicial e na formação continuada. Por fim, quero defender a escola como uma instituição... Para responder à Mariuza, em outro momento fizemos uma discussão nos colocando contra a educação domiciliar, o "homeschooling". Porque a escola é o único lugar em que reunimos pessoas em sua ampla diversidade: mulheres, homens, ou qualquer outra identidade de gênero, negros, pobres, indígenas, imigrantes, de diversas ideologias, posicionamentos, religiões, de diferentes classes sociais. É o único espaço que nos permite, de fato, conviver com o diferente e, ao conviver com as diferenças, vamos nos humanizando, aprendendo princípios tão caros



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

como a tolerância, o respeito e a fraternidade. Acho que é nisso que a educação tem que ser balizar. Termino por aqui, agradecendo, mais uma vez, ao deputado Pedro Kemp, à deputada Gleice Jane, ao professor Jaime Teixeira, da Fetems, pela proposição da audiência. Que bom estar aqui com o Onivan, com a Mariuza, com a Deumeires, com o Etienne, da UFGD, com a Sueli, da CUT. Eu ia falar o nome de um monte de gente que eu tinha marcado, mas, perdemos uns dez minutos falando o nome de todo mundo. É tanta gente querida e queria saudar o meu amigo Aldo, vereador de Anastácio, um querido em defesa da educação ia saudá-lo inicialmente e me perdi. Termino por aqui, agradecendo a oportunidade desta Casa abrir espaço para fazermos um debate responsável, balizado na ciência e no campo das ciências humanas e sociais. Nós fazemos escolhas, escolhas por projetos educacionais e esse projeto é um projeto freireano, nosso patrono da educação. Por isso que temos que terminar afirmando que a educação não muda o mundo, muda pessoas e pessoas mudam o mundo. Espero que mudemos, um pouquinho, cada lugar em que pisarmos, para melhor, para um mundo mais justo, fraterno e menos desigual. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito obrigado, professora Andréia. Suas contribuições foram muito valiosas. Sei que é muito difícil fazer um resumo de tanto assunto importante, mas, com certeza, conseguiu fazer um apanhado geral de todas as colocações que foram feitas aqui. Em meu nome, do professor Jaime e da deputada Gleice Jane, muito obrigado. Vamos para os finalmentes, para encerrarmos. As considerações finais serão de três minutos para cada um aqui da mesa. Primeiro, o professor Onivan.

SENHOR ONIVAN DE LIMA CORREA (coordenador do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) — Que brilhante audiência, com a participação do Estado de Mato Grosso do Sul e acho importante frisarmos isso. Com diversas representatividades, isso que é importante, porque audiência pública tem que ser aberta ao público, com a participação do público e quero reforçar sobre a importância da participação de vocês no processo de elaboração do Plano Estadual de Educação. Lembrando que já estamos com os Grupos de Trabalhos (GTs), está aberto o espaço para discutirmos a educação infantil, a alfabetização, a questão do financiamento, a gestão democrática, a questão do ensino médio, a questão da graduação, a questão dos profissionais em educação, da educação especial, da educação indígena, da educação do campo e de todas as modalidades. Participem conosco nos GTs, entrem em contato com o Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul para participarem. Estamos no momento de elaboração do diagnóstico, temos os GTs, cada grupo está se reunindo. Faremos oficinas presenciais para que vocês possam participar e estamos convidando todas as entidades envolvidas com a educação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

no Estado de Mato Grosso do Sul: as universidades, os institutos federais, a UEMS, a UFGD, a UFMS, IFMS, UCDB, Uniderp, Unigran e as demais universidades que têm feito a educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Venham participar conosco deste processo no Estado de Mato Grosso do Sul, para construirmos um Plano Estadual de Educação. Que possamos ter a participação de todos e, assim, desenvolveremos essa educação como política de Estado, produzida por todos nós, com a participação de todos nós, trabalhadores, sociedade, estudantes. Todos participando desse processo! Parabéns, deputado Pedro Kemp e deputada Gleice Jane. Parabéns pela fala, professora Andréia, por provocar com diversos pontos. Sabemos que não damos conta [em pouco tempo], ela falou a quantidade de objetivos e de estratégias; precisamos nos debruçar, ler com mais atenção, com mais carinho. Parabenizo a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, que, cotidianamente, tem feito esse debate, em defesa da educação pública e da valorização dos trabalhadores em educação. Quero agradecer a cada entidade, a cada trabalhador, a cada trabalhadora e a todos que participaram dos fóruns municipais, em nome do professor Jairo Barbosa, do Fórum Municipal de Educação de Bodoquena, que também está representando o governo municipal, que participa desse debate com o fórum municipal, assim como cada um que está aqui presente. Levem esse debate para as escolas, alguém já falou sobre isso, que o debate não pode estar só aqui, nós temos que debater — o Moretti que falou —, temos que falar com a sociedade, temos que falar nas aldeias, nos assentamentos, nas comunidades quilombolas, falar em conversas com os pais, com estudantes, para fazermos a defesa dessa educação que nós sonhamos e acreditamos. Para terminar, trago o nosso Paulo Freire para dizer: "É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo". Quero anunciar que sou candidato a vice-presidente da Chapa Fetems Forte, Chapa 1. Para continuarmos a luta, a defesa, com a professora Deumeires, a nossa presidenta, candidata neste momento, neste processo democrático. Sigamos firmes, fortes, na luta do esperançar, de Paulo Freire.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — A professora Andréia já registrou, mas, queria registrar, mais uma vez, a presença do vereador Aldo, professor e grande defensor da educação de Anastácio. Para as considerações finais, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto) — Chegando ao final deste evento muito importante, quero parabenizar a Fetems, por provocar este debate tão importante, por nos fazer refletir



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

sobre o processo educacional. Pela palestra, parablenizo a professora Andréia, que traz vários elementos que precisamos levar em consideração neste processo. Enquanto falávamos, já comecei lembrando um pouco do processo histórico, de como que chegamos até aqui, lembrando de quando eu estudava, quando estudei na escola pública. Naquele período, não tínhamos livro didático, não tínhamos material escolar, não tínhamos uniforme, não tínhamos merenda para todo mundo. Eu me lembro de que não tínhamos transporte e participei do primeiro movimento de passe livre. Não tinha escola para todo mundo e eu me lembro de que sabíamos quem era mais pobre pelo tamanho do lápis, porque, quando tinha um lápis grande, o lápis novo, era quem podia comprar um lápis. Um lápis com tabuada nem podia, mas, era um sonho e quem tinha o lápis toquinho, era o que sobrava para quem não tinha. Essa era a realidade que a gente tinha na escola. É importante, às vezes, lembrar esses processos, para sabermos que crescemos, que avançamos nesse processo. A escola pública que temos hoje, é uma escola que foi grande transformadora da sociedade. Também fiz parte de uma geração, que foi a primeira geração do ensino noturno, que foi quando olhamos para a escola de forma a democratizá-la, para incluir os trabalhadores e trabalhadoras na escola também. Naquele momento, nem era só para democratizar, era porque não cabia mais aluno de manhã e de tarde. Cheguei ao ensino médio e tínhamos que ir para o noturno, porque era a forma que tinha de se oferecer o ensino médio para a população naquela época. Não faz tanto tempo, eu não sou tão velha assim, faz somente alguns dias. É importante lembrar desse processo, porque o que fez nós mudarmos e transformarmos... Hoje, temos salário em dia, que não tínhamos naquela época, não tínhamos o piso salarial, há uma sequência de coisas que não tínhamos. O que fez nós chegarmos aonde chegamos, hoje — quando fazemos essa medida do passado para agora — é que tínhamos um sonho. Um sonho de uma escola democrática, um sonho de uma escola que valorizasse os professores, os servidores administrativos, que incluíssemos todas as pessoas e sonhamos juntos e conquistamos. Para a minha fala final, quero dizer que o Plano Nacional de Educação, que construímos democraticamente, é o nosso sonho, é o sonho coletivo e precisamos tê-lo como uma meta de luta para os próximos dias. Vocês falaram um monte de poesia e vou de roqueiro, de Raul Seixas, que disse: "Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas um sonho que se sonha junto é realidade". Que o Plano Nacional de Educação seja o nosso sonho coletivo e que consigamos colocar o plano que nós decidimos na Conae. Vamos disputar esse plano para retomar tudo o que nós conquistamos e defendemos na Conae. Que esse sonho se torne realidade em um momento mais próximo e para encerrar — agora de verdade, deputado Pedro Kemp —, queria colocar que nós possamos encaminhar um documento ao Congresso Nacional para garantirmos que o debate do plano, nas comissões, seja acelerado e que consigamos votar o plano ainda este ano, em 2025. Então, é isso. Muito



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

obrigada pela presença de vocês e sigamos juntos e juntas, lutando e sonhando que vamos transformar, mais uma vez, a educação no Brasil. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP PT (proponente) — Obrigado. Vocês viram que quem gosta de falar termina uma, duas, três vezes. "Para terminar"; depois fala: "Para terminar de novo, finalizando". Com a palavra, o professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems.

SENHOR JAIME TEIXEIRA (presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação) — Professora Andréia Militão, muito obrigado por ter vindo falar conosco, falar com a nossa base, falar com o cidadão, porque, falamos aqui neste Plenário, mas, estamos ao vivo em todo Mato Grosso do Sul, nesta tarde, falando sobre educação. É muito importante, porque muita gente que não é professor, mas, é um cidadão que precisa de escola pública nos acompanhou e você contribuiu muito conosco nisso. Compartilhando o pensamento da Gleice, acho importante dizer que nós, da educação pública, avançamos muito nos últimos anos, nas últimas décadas. Somos um país que, setenta anos atrás, tínhamos 56% de analfabetos; hoje, nós temos 9%. E quem diminuiu isso foi a escola pública. É muito nós termos vinte milhões de brasileiros analfabetos, por isso que esse debate se torna mais importante, hoje, porque vamos escrever um plano nacional que vai melhorar ainda muito mais essa educação, vai melhorar a qualidade [de vida] do cidadão, a qualidade de trabalho do professor, do educador, seja docente, não docente. Na primeira década deste século, tivemos uma derrota da sociedade no movimento sindical, porque, durante a construção da primeira lei do Fundeb, em 2006, o debate também já era a construção do piso nacional. Dentro do movimento sindical, dentro da nossa CNTE, fizemos uma discussão muito forte, que avançou muito, mas, não passou, que era a construção de um sistema nacional de educação. Infelizmente, não avançou e por que isso é ruim para nós hoje? Porque se nós tivéssemos um sistema nacional de educação único, não precisaríamos, a cada dez anos, discutir um plano nacional. Com cinco mil e seiscentos municípios, com cinco mil e seiscentos sistemas diferentes de educação municipal, com vinte e sete estados, vinte e sete sistemas diferentes, com legislações diferentes, isso torna muito mais difícil a valorização do professor em todo rincão deste país, com a mesma regra, com a mesma carreira, com o mesmo salário e com igualdade salarial. Temos desigualdade salarial entre o efetivo e o convocado no estado, mas temos também desigualdade entre o próprio convocado do estado que ganha mais que os efetivos de sessenta municípios. A desigualdade é muito grande no Brasil e perdemos esse debate na primeira década. Hoje, acho que saímos daqui dando um passo importante, que é dialogar com o Parlamento, dialogar com a sociedade, com a academia e com o movimento sindical. Vamos ter que trazer para dentro [do debate] os adolescentes, os jovens da nossa escola pública e da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

privada, porque estamos discutindo a educação como um todo, para que possamos, como ação importante que a Gleice falou, encaminhar documento ao Congresso. Que possamos, no Congresso Nacional, fazer valer aquilo que foi aprovado na conferência. As mudanças apontadas pela Militão aconteceram onde? Aconteceram dentro do Fórum Nacional da Educação, em debate democrático. A democracia não é a ausência de conflito, não é a ausência de discordância, não é a ausência de pensamentos diferentes, a democracia tem tudo isso. E dentro do fórum nacional — que não tem presidente, tem o coordenador-geral —, temos outras forças da sociedade que representam outros setores. E nessa discussão, saiu o projeto remendado que já está no Congresso. Quero dizer, Pedro, que é fundamental o seu apoio, o da Gleice e o apoio de toda esta Casa, de todos os deputados, no sentido de aprovarmos esse plano nacional. Vou encaminhar — para você e para a Gleice — algumas emendas que a CNTE já encaminhou no projeto que foi para o Congresso, ou "contraemendas". Vamos até o dia 30, estamos em debate ainda, vamos apresentar mais algumas para compilar, mas já existe um caminho, onde o fórum nacional, coordenado pelo presidente da CNTE, tem colocado e vai nos pautar o debate dentro do Congresso. O que nós queremos? Queremos 90% de efetivo em todo o sistema de educação. O fórum apresentou 70%, se nós tivermos 85%, é vitória. Porque nem sempre perdemos, às vezes, não avançamos em tudo que queremos, mas, por exemplo, quando, em 2014, entramos no plano nacional e para chegar a 10% do PIB, era necessário colocar os royalties do petróleo, do pré-sal, na educação. Depois, dividiram com a saúde e, depois, revogaram. Isso nos faz, desde a década de 1990, continuarmos discutido 10% do PIB para a educação. Essa luta não foi em vão. A disparidade salarial no Brasil é muito grande na educação e vamos ter que vencer e podemos avançar muito nisso com o plano nacional. Que seja uma camisa, não de força, mas, uma camisa que possa dizer: olha, há limites para valorização, neste país, dos professores e das professoras e de todos os trabalhadores, profissionais em educação. Quero agradecer, mais uma vez, Pedro, a sua pessoa como uma referência da educação em Mato Grosso do Sul. Alguém falou da educação especial. A melhor política de Estado para educação especial que este estado já teve, foi na gestão do Pedro Kemp, quando foram criados os núcleos, que era uma proposta já avançada para aquela época. Não se repetiu mais isso, mas, é importante lembrar, é possível melhorarmos a escola pública, que já é de boa qualidade, e quero dizer o seguinte: a escola pública ainda vai ser a primeira opção de educação para o nosso povo. Quero deixar um recado final: sem democracia, não vamos avançar. Não vamos aceitar nunca mais golpe de Estado em nosso país. Sem anistia!

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Sem anistia. Vamos encerrar. Gostaria de agradecer a participação de todos. Dos que vieram dos municípios do interior do nosso estado, dos que participaram com os debates e com as contribuições.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
REALIZADA EM 23/04/2025**

Quero agradecer à professora Andréia, mais uma vez, pela excelente contribuição que nos deu aqui hoje. Agradeço à Fetems e a parabenizo pelo dia de hoje, pela manifestação que aconteceu de manhã. É importante essa mobilização. Finalizo parafraseando o filme nosso que ganhou o Oscar. Ainda estamos aqui e vamos continuar na luta, resistindo e sempre em defesa da escola pública e dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Sem anistia! Viva a escola pública! Viva os trabalhadores em educação! Um abraço (16h59min).